



Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1983

ANO IX

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1983**

TERÇA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Caíto Quintana e Antônio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Kury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte; (40). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Fuad Nacli, Airton Cordeiro, Basílio Zanusso, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Tadeu Lúcio Machado (17); e em licença: Wilson Fortes. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PAULO FURIATTI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que procede a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 34 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Em votação a ata que foi lida.— **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem nº 45/83

Curitiba, 14 de abril de 1983.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação nº 06/83, celebrado em 11 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes e do Departamento Hidroviário, objetivando a manutenção da linha mista (passageiros e cargas) entre as localidades de Iguaçu, Guaraqueçaba e Paranaguá.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação,

reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o projeto de lei de autoria deste Deputado, que institui verba de representação referente aos Presidentes de Câmaras Municipais.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, solicita da Comissão Executiva as seguintes informações:

a) Houve concorrência pública para escolha da firma que irá proceder a reforma administrativa da Assembléia Legislativa?

b) Se não houve, de que forma foi contratada a firma objeto do protocolado sob o nº 316/83, no valor de Cr\$... 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros)?

c) Qual o nome e o Estado de origem da firma escolhida para executar a mencionada reforma?

d) Houve anuência dos três membros da Comissão Executiva para a referida contratação? Em caso afirmativo, anexar cópia da ata de reunião que a autorizou.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Luiz Alberto de Oliveira

Tércio Albuquerque e

Jorge Maia Filho.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, no sentido da liberação do Prosafra para o município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação do Excelentíssimo Sr. Vereador Jair Bauch, de Moreira Sales, e considerando que o Prosafra é um programa voltado para atendimento às prefeituras para conservação de estradas para escoamento da produção, é que fazemos este pedido ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes. Ainda mais, em um momento em que estamos colhendo uma safra recorde em nosso Estado e torna-se urgente garantir o mais rapidamente o escoamento de nossa produção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja formulado apelo ao Sr. Governador José Richa, para que Sua Excelência desenvolva todo o empenho possível na instalação de uma Junta Comercial em Campo

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações ao C.G.L. de Curitiba "Clube da Garagem do Luizinho".

O C.G.L., fundado em 1971 é uma agremiação que congrega um grupo de 15 homens, os quais dentro daquela agremiação procuram expandir na sociedade curitibana, os mais puros sentimentos de patriotismo e amizade e neste clima de harmonia fraterna colaborar, também, com obras de assistência social e filantropia, amparando assim os mais carentes de nossa cidade.

Numa sociedade atribulada como a nossa em que atualmente vivemos é de se ressaltar um clube com estas características, as quais merecem os mais altos encômios e estímulos para que se expandam e criem melhores condições para a convivência humana.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Presidência do Clube, na pessoa do seu atual Presidente, Dr. Diether Garbers.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.
(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um VOTO DE CONGRATULAÇÕES à Juventude Peemedebista do Paraná, bem como o desejo de uma profícua gestão à nova Direção Executiva do Setor Jovem do PMDB do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.
(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

No último final de semana, a juventude do PMDB, Órgão de cooperação deste partido, realizou aqui, neste plenário, a sua III CONVENÇÃO REGIONAL, evento que mobilizou os jovens do Paraná para a sua real participação no processo político.

O PMDB jovem do Paraná, conta atualmente com um número superior a 100 setores municipais, constituindo-se numa expressiva força política de cooperação, cuja participação congrega uma grande força eleitoral.

A magnitude do evento do último final de semana, muito bem pode ser sentido pela participação de expressivas autoridades de todas as áreas, bem como da presença do Deputado ULISSES GUIMARÃES, Presidente do Diretório Nacional do PMDB.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando recursos necessários para aquisição de equipamentos e acessórios para este município.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.
(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Sendo Santa Terezinha de Itaipu um município recém criado, necessita de recursos necessários para aquisição de equi-

pamentos herdados do município de Foz do Iguaçu é insuficiente para a demanda do município e apresenta-se em péssimo estado de conservação. Fator este que o município por si próprio dificilmente terá condições de manter as despesas decorrentes da manutenção e recuperação dos maquinários existentes. A Prefeitura deste município iniciou a prestação de serviços públicos no mês de fevereiro, e vemos que a maioria das estradas carecem de um melhor atendimento e somente com a incrementação de novos equipamentos é que poderão ter condições de efetuar a manutenção adequada. Também gostaríamos que fosse beneficiado por cotas de no mínimo três mil litros mensais, de óleo diesel sem ônus para o município. Segue em anexo cópia do ofício da Prefeitura.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

SÚMULA:

Solicita o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor Presidente da Sanepar, Dr. Fabiano Sapuriti Campelo, para que seja instalado o funcionamento de um poço artesiano que já está perfurado, no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, solicita ao Diretor Presidente da Sanepar, Dr. Fabiano Sapuriti Campelo, o funcionamento de um poço artesiano que já está perfurado.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.
(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A existência deste poço artesiano é de grande necessidade para a população de Santa Terezinha de Itaipu, pois o poço já está perfurado, e com ótima vazão de água, nesta cidade. O povo está reclamando muito da falta deste precioso líquido. Temos que considerar que o nosso município, sendo recém instalado, não existe quase asfalto e em consequência disso, a administração utiliza muita água para molhar as ruas empoeiradas da cidade, para que com isso o povo tenha o mínimo de conforto. Segue em anexo, cópia da Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Administração, Dr. José Olímpio de Paula Xavier, reivindicando reforma geral da Escola Carlos Zewe Coimbra, de ensino de 1º grau, de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.
(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando a grande importância que esta escola representa para a população, e não tendo condições para atender dignamente seus 1.250 alunos, solicita a Vossa Excelência uma reforma geral na escola, principalmente na instalação elétrica e hidráulica, sem mencionar as condições precárias do piso, quadros, sanitários, telhado e forro. Segue, em anexo, ofício da Diretora da Escola Carlos Zewe Coimbra, de Santa Terezinha de Itaipu.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

SÚMULA:

Solicita o envio de expediente ao Excelentíssimo

de expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor do Detran, Dr. Mário Stann, para que seja tomada todas as providências necessárias para que tenhamos o registro dos veículos (chapa, sigla), lotados no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Diretor do Detran, Dr. Mário Stann as providências necessárias para que tenhamos os registros dos veículos lotados no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei nº 7572 de 03 de maio de 1982, Santa Terezinha de Itaipu desmembrou-se do Município de Foz do Iguaçu. No entanto, de acordo com as prescrições legais, a Prefeitura iniciou a prestação de serviços públicos no mês de fevereiro, motivo pelo qual torna-se em evidência a necessidade da homologação de um Departamento de Trânsito, pois existe cerca de três a quatro mil veículos circulando, entre passeio e cargas. Portanto, trata-se de uma busca de um melhor comportamento para o trânsito. Segue, em anexo, cópia do ofício da Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Senhora Diretora de Planejamento da Fundepar, Dra. Maria Helena Silveira de Oliveira Carvalho, solicitando com a máxima urgência, a construção de um muro na quadra da Escola Carlos Zewe Coimbra, de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Carlos Zewe Coimbra, licalizada no Município de Santa Terezinha de Itaipu, abriga atualmente cerca de 1.250 crianças de 1a. a 4a. séries, em três períodos ininterruptos, construção de um muro em volta da Escola, para a segurança dos alunos e para a segurança da Escola. Segue o ofício da Diretora da Escola Carlos Zewe Coimbra, de Santa Terezinha de Itaipu.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Sr. Cel. Aviador Paulo Moreira Leal, DD. Presidente da FUNAI, Fundação Nacional do índio, solicitando providências em defesa do cidadão Naiti Chambunga de Mococa, residente em Londrina, o qual enfrenta, atualmente, ameaça de expulsão da terra que habita e explora há 19 anos, sendo que os motivos desta solicitação vêm explicitados na justificativa que acompanha este requerimento. Solicitamos ainda, que sejam enviadas cópias da referida correspondência para o Sr. Vicente Amaral, DD. Delegado de Polícia de Londrina; para o Dr. Luiz Carlos Perotti, DD. Presidente do Tribunal de Alçada e para a Professora Lúcia Helena de Oliveira Cunha, DD. Presidente da ANAI — Associação Nacional de Apoio ao Índio - Núcleo de Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A questão indígena no Brasil tem despertado a atenção da comunidade científica e intelectual do mundo todo. É extremamente precária a situação de vida dos povos remanescentes das várias nações indígenas que tentam sobreviver à sanha do capitalismo selvagem instalado no País.

Pouco ou quase nada se desenvolve com vistas a melhorar seu nível de saúde e de educação. E mais grave, retarda-se interessadamente o processo de demarcação das reservas indígenas. Aliás, triste fim este, o de viver limitado em pedaços de um território em que até há poucos séculos era de absoluto domínio deles. No Paraná, existem quatorze reservas indígenas, sendo que destas somente duas estão regularmente demarcadas. Cinco outras encontram-se em processo de medição e duas são litigiosas, a de Mangua e de São Jerônimo da Serra. Uma enfrenta um moroso processo junto ao Tribunal Federal de Recursos envolvendo grileiros poderosos como o Grupo latifundiário Slaviero e outra enfrenta um processo, também, na justiça envolvendo posseiros.

Diante desta situação ficaria cômica, se não fosse trágica, a comemoração anual que se realiza na data de hoje (19 de abril) no Dia do Índio. Felizmente, os organismos ligados à questão, como é o caso do Museu Paranaense da Secretaria da Cultura e do Esporte e da Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAI, têm como objetivo marcar a data com promoções sérias e conseqüentes visando a conscientização do povo sobre o tema.

E nós, solidários com estas iniciativas, procuramos dar nossa contribuição apresentando este requerimento voltado a respaldar a luta de um índio só. Um índio chamado Naiti Chambunga de Mococa, residente em Londrina, ameaçado de expulsão da terra que habita e explora há 19 anos e recentemente processado como pretensão traficante de maconha, após um maquiavélico e bem tramado plano que contou inclusive com a conivência dos setores policiais mancomunados com os interessados na sua expulsão. Um só índio, mas que sintetiza exemplarmente a realidade de milhares de irmãos indígenas. Um só índio, que apenas não está totalmente sozinho porque, além dos dois filhos menores, conta com a amizade e solidariedade de um advogado chamado Joel Dutra e de dois jornalistas chamados Jota e Nilson Monteiro. Amigos estes que me causam inveja do velho Naiti, pois não é fácil ter amigos como o Joel que advoga e paga as custas do processo e do tipo do Jota que escreve coisas como: "Daqui algum tempo vou contar uma história para meu filho:

Que havia um País, vários Estados neste País e uma cidade em um dos Estados deste País. E havia um índio.

E este índio teve o brilho das estrelas nas palmas das mãos, que serviam de concha para beber a água dos rios. E este índio teve os rios. Rios de janeiro, fevereiro, março, abril e todos os meses do ano e todas as luas de todas as noites. Naquela época havia o luar, que faz falta no LP do cantor negro. Mas um dia (na calada da noite) roubaram tudo do índio e ele nunca mais pode sentar no terreiro, para acompanhar as brincadeiras dos raios de luar nas folhas das árvores. Não havia mais árvores. Não havia mais luar.

Um repórter de fé foi ver o índio velho e só encontrou poeira, costelas quebradas, cicatrizes e um olho vazado onde não mais havia o brilho da mata. E encontrou o medo do índio. Medo da justiça dos brancos que queriam tomar-lhe seu último pedaço de terra. Uma área de 30 por 30 metros, em um bairro da periferia desta cidade. A justiça se adiantou ao medo do índio e o condenou por "perverter a juventude", conforme declaração do juiz. E terminarei falando da moral da história: que não há moral nesta história e que esta é uma história mal contada.

Nesta parte, já estarei chorando e meu filho sorrirá o sorriso de fé das gerações futuras e dará um beijo na boca e me abraçará forte para me ajudar a suportar tanta hipocrisia".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deni Schwartz, solicitando urgentes providências no sentido de ultimar as indenizações aos proprietários de terras cortadas pela PR-281, no Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Construída há mais de cinco anos, ligando diversos municípios do Oeste e Sudoeste paranaense, a PR-281, em seu longo percurso, cortou várias áreas de terras de propriedade particular, cujas indenizações não foram até a presente data, solucionadas.

Tal fato vem causando enormes prejuízos aos proprietários, que de longa data vêm reiterando seus pedidos no sentido de que sejam ressarcidos nos seus direitos, com o pagamento das indenizações devidas, como medida de inteira justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, sugestão no sentido de que, quando do novo reajustamento de vencimentos e salários dos Servidores Públicos Estaduais, adote o Poder Executivo, como critério real e permanente, para efeito de cálculo, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), observando que o percentual de correção não seja inferior à soma das variações mensais desse índice, verificadas no período compreendido entre as datas do último reajuste salarial e em vigor e o da vigência do reajuste a ser concedido.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

A adoção imediata de um justo critério por parte do Poder Executivo, com base no INPC, para efeito de cálculo, quando do reajustamento de vencimentos e salários do pessoal do Estado de um modo geral, trata-se de medida indispensável e que virá de encontro às normas de prudência administrativa e de deferência à justiça social.

Atualmente, com a existência de duas modalidades no setor de pessoal, conforme esteja o servidor vinculado à administração direta ou indireta, uma regida pelo sistema estatutário e outra pela Consolidação das Leis do Trabalho, ocorrem distorções quando da concessão de aumento salarial para uma e para outra classe.

Enquanto que para o pessoal regido pela CLT é sempre obedecido, na concessão do reajustamento salarial, os índices fixados pelo Governo da União, e que conforme a Lei Federal número 6708, de 30 de outubro de 1979, consagra a adoção do INPC como base para a correção de salário, para o funcionalismo público regido pelo estatuto, devido a inexistência de um critério e pelos percentuais adotados, tem provocado uma defasagem e perda expressiva do valor real, da força aquisitiva do ganho desta classe de servidores.

Assim, a adoção do INPC como critério para aplicação ao reajustamento de vencimentos e salários do pessoal do Estado, cujo índice real e permanente é calcado na atualização dos preços de custo, torna-se a medida mais recomendável a ser aplicada, contribuindo para a correção de injustiças e estabele-

cendo um tratamento equânime entre as modalidades de classes do servidor público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Alagoas, Professor Divaldo Suruagy, bem como ao Presidente do Banco da Produção do Estado de Alagoas — PRODUBAN, Dr. Eurides Porongaba, solicitando das referidas autoridades o estudo da viabilidade de instalação de uma agência do referido banco em nosso Estado, sendo a mesma em nossa Capital.

Outrossim, requer que do inteiro teor do presente requerimento, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Sr. José Richa.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

1. A criação de uma agência daquele banco em nosso Estado, iria beneficiar boa parcela da nossa sociedade, levando-se em consideração que passaríamos a contar com mais um banco para operar com financiamentos para a nossa agricultura e indústria e comércio em geral, pois os bancos dispõem de limites para aplicações aos referidos financiamentos, e com a instalação da solicitada agência, haveria um aumento de recursos para serem aplicados, uma vez que o banco destinaria verbas para a referida agência.

2. Proporcionaria também às pessoas oriundas daquele Estado, maior rapidez no que diz respeito às relações comerciais com parentes e amigos que residem ainda no Estado de Alagoas.

3. Um outro fator a ser considerado é que com a instalação de uma agência daquele banco em nosso Estado, seriam criados alguns novos empregos para os paranaenses e, principalmente, para alguns curitibanos.

4. Vale esclarecer que Curitiba conta hoje com agências de quase todos os bancos estaduais, ressentindo-se da enorme falta de uma agência daquele banco.

5. A instalação de uma agência em nosso Estado, viria proporcionar ao Paraná e Alagoas, equalizar e agilizar as relações comerciais de há muito existentes entre ambos.

6. Todos sabemos que foi solicitado dos bancos comerciais estaduais, que baixassem suas taxas de juros, o que viria favorecer a economia paranaense, visivelmente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando que a estrada de Mamborê Nova Cantú, Palmital e Altamira, passe para a responsabilidade do DER.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de que todos os municípios do do Paraná, passam por imensas dificuldades financeiras e não mais suportam os pesados ônus que estão a seus encargos, daí a presente solicitação, pois dificilmente os municípios em tela têm condições de manter transitável tão importante rodovia o que vem trazendo consideráveis prejuízos não só aos usuários da mesma, mas também à economia, não só dos municípios interessados, mas também a todo o nosso Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes solicitando que o mesmo envide esforços no sentido de ser asfaltado a estrada do Boiadeiro que liga Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Estrada do Boiadeiro é importante via de escoamento de produção da região de Campo Mourão e também da região de Cruzeiro do Oeste. E como é sabido, toda a região tem importância fundamental para o crescimento econômico não só regional, mas também de todo o Estado do Paraná. Daí a necessidade de, com urgência, a mesma via ser asfaltada.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado Ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. DENY LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as providências necessárias no sentido de que o DER assuma a responsabilidade da conservação da estrada que liga Capanema a Faraday, a qual consta no mapa rodoviário como PR-582, encaminhando-se, ainda, cópia deste requerimento ao Ilustríssimo Sr. Dr. OLIVO ZANELLA, DD. Diretor Geral do D.E.R. e à Câmara Municipal de Capanema.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A PR-582 é uma estrada intermunicipal, que liga o Município de Capanema a Capitão Leônidas Marques, já planejada para asfaltamento.

No referido trecho, de Capanema a Faraday, existe linha regular de ônibus intermunicipal e indubitavelmente é a região de maior produção do município. Face ao grande fluxo de veículos, este trecho da estrada encontra-se em precário estado, inclusive por falta de recursos da Prefeitura de Capanema para a sua conservação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

SÚMULA:

REQUER seja enviado ofício aos integrantes do Conselho Federal de Educação, solicitando-lhes REJEIÇÃO DE PROPOSTA ORIGINÁRIA DO CECA-ABEAS-MEC, relativamente ao currículo mínimo de Agronomia e APROVAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) e FEAB (Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil).

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Assim como em outras áreas da Educação, a formação dos jovens agrônomos não pode ser dissociada do diversificado contexto pelo qual se caracteriza a realidade brasileira. E é dentro deste parâmetro, cuja marca central é a variedade até mesmo contrastante de nosso meio, que se faz necessária também a formação eclética dos nossos profissionais da área agrônômica,

em função da conjuntura típica de nosso País. E é ainda sob este prisma, que os acadêmicos de Agronomia e, no caso específico, os estudantes de Agronomia da Fundação Universidade Estadual de Maringá estão com inteira justiça apelando no sentido de não aprovação da proposta do CECA-ABEAS-MEC em termos da atual proposta do currículo mínimo ensejado para o Curso de Agronomia, pois que o perfil do Agrônomo brasileiro ainda não poderá ser outro que não o de ESPECIALISTA POLIVALENTE dentro da realidade brasileira que, de certa forma, não deixa de ser também eclética.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado a ao Deputado Federal por São Paulo, Armando Pinheiro, a manifestação do mais irrestrito apoio desta Casa ao Projeto de Emenda Constitucional de sua autoria, ora em tramitação no Congresso Nacional, transferindo às Constituições Estaduais, a competência para regulamentar as eleições diretas dos Prefeitos das Capitais.

Requer, outrossim, por se tratar de medida que transcende o âmbito partidário, sejam enviadas mensagens às Lideranças dos partidos políticos na Câmara e no Senado, manifestando a esperança desta Assembléia no apoio de todos a uma medida de tal natureza.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Após uma longa e ansiada caminhada em direção à normalização democrática do País, a medida ora proposta pelo Projeto de Emenda Constitucional apresentado pelo Deputado Federal por São Paulo, Armando Pinheiro, é, sem dúvida, um dos importantes passos que restam a ser dados em direção a tão sonhada democracia plena para a República Federativa do Brasil.

A uma medida de tal natureza, pelo seu alcance político e social, não é permitida, sob pena de condenação pela opinião pública, a omissão daqueles que têm a honra de representar, em qualquer sigla partidária, a Nação brasileira.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energia, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Presidente da Eletrobrás, apelo no sentido de que a energia elétrica fornecida aos estabelecimentos hoteleiros do Estado seja cobrada nos mesmos níveis que para a indústria e não como vem sendo feito, obedecendo padrões comerciais.

Requer, outrossim, que seja dada ciência do presente, aos Excelentíssimos Srs.: Presidente da Copel, Presidente da Paranatur e aos Presidentes dos Sindicatos Hoteleiros do Paraná, com sede em Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A rede hoteleira do Paraná, e, principalmente, de Foz do Iguaçu, é uma atividade geradora de divisas ao País e para o Estado, merecendo, por isso mesmo, um tratamento preferencial quanto ao preço de consumo de energia elétrica.

Numa época em que o Brasil se debate na captação de recursos de qualquer natureza, para fazer frente às imposições geradas pela situação internacional, qualquer benefício que se

procure dar à indústria hoteleira íra, sem dúvida, repercutir favoravelmente na melhoria de seus serviços e num aperfeiçoamento de suas condições de atendimento aos usuários, como também servirá de incontestável medida para garantir uma grande parcela de emprego nas cidades de interesse turístico do Paraná.

Por esses motivos, julgamos oportuno o presente pedido para o qual solicitamos o apoio.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão do dia 22 do corrente, a fim de que sejam organizadas e instaladas as Comissões Técnicas da Casa.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Itaipu Binacional, construtora da Usina Hidrelétrica de Itaipu, solicitando que a mesma efetive estudos técnicos, visando apurar as variedades de cultura que deverão ser cultivadas na região de influência climática do lago da represa.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A variação climática na região de influência do lago de Itaipu fez-se sentir a partir do fechamento das comportas da barragem e o conseqüente acúmulo das águas.

Segundo depoimentos de moradores da região, neste início de ano, registraram-se temperaturas de 45 graus centígrados, e este fenômeno não é típico da região.

Registraram-se no final de 1982 grandes precipitações de chuvas na área, que muito prejudicou diversas culturas, além de provocar erosões em lavouras mecanizadas, e até mesmo em pastagens.

Culturas como a soja sofreram com conseqüências do causticante sol, que se abateu na região, suas folhas e ramos "cozidos" devido o calor, e isso fez com que houvesse decréscimos na produção.

Os agricultores estão temerosos em plantar o trigo, que é cultura que, juntamente com a soja, dá sustentação econômica à região, devido a grande umidade que se observou na região, após a formação do lago. E o trigo é, segundo técnicos, uma planta sensível ao excesso de água.

Fazer experiências com os seus próprios recursos, para definir as culturas adequadas para a região, os agricultores já não suportam, devido ao alto custo da terra, maquinários, insumos, juros, e as frustrações dos últimos anos da safra.

Até o momento, apesar de a Itaipu existir há quase uma dezena de anos, nem uma orientação ou estudo a respeito das recomendáveis culturas que deverão ser plantadas na área afetada pelo lago, foram divulgadas. E os agricultores querem produzir para si e para a Nação, aproveitando inteligentemente e tecnicamente as terras que possuem, que são na realidade as melhores do mundo, mas exigem para tal, que Itaipu, que foi responsável pelas radicais mudanças experimentadas na área, se conscientize de sua obrigação de dar assistência e orientação, para adaptação à nova realidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Naj Mussi, solicitando a construção e instalação de uma Delegacia de Polícia no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Sendo Santa Terezinha de Itaipu um município novo, está necessitando com certa urgência de uma Delegacia de Polícia, bem aparelhada, pois o prédio em que funciona a atual delegacia não se encontra em condições para a segurança da sua população contra as investidas dos marginais. Santa Terezinha de Itaipu se encontra em região fronteira com o Paraguai, portanto, uma nova delegacia é uma necessidade, para manter a segurança quer seja material bem como humana. Segue, em anexo, cópia do ofício à Prefeita, solicitando também providências sobre o assunto.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, o abaixo assinado em anexo, dos moradores de Santa Felicidade, solicitando urgentes providências, no sentido de solucionar o caso do "Tarado da Cicatriz", tranquilizando não somente os moradores de Santa Felicidade, mas de toda comunidade curitibana, permanentemente intranquilizada com toda espécie de crimes e de banditismos.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

SÚMULA:

Solicita o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, Dr. Luiz Cordoni Júnior, para que seja efetuado a construção e a instalação de um Centro de Saúde e a nomeação de um médico para o Posto de Saúde no novo Município de Santa Terezinha de Itaipu.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, Dr. Luiz Cordoni Júnior, solicitando a construção e instalação de um Centro de Saúde, e juntamente a nomeação de um médico para este Posto de Saúde desse novo município.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de um Posto de Saúde e a nomeação de um médico, é um ponto fundamental para este município, pois sendo uma população carente de recursos, necessita de um melhor atendimento médico. Com a quase paralisação das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o contingente de desempregados do nosso município é assustador e com o desemprego vem o problema da sub-alimentação, conseqüente, as doenças aparecem, com a maior facilidade. Portanto, cumpre-nos apresentar o pedido para que seja viabilizada a construção e instalação de um Centro de Saúde, em nossa sede municipal. Segue em anexo cópia do ofício da Prefeita de Santa Terezinha de Itaipu.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado ao Excelentíssimo Sr. Dr. BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, DD. Secretário do Planejamento, um auxílio monetário à Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, mensalmente, para efeito de pagamento de funcionários municipais lotados nos setores estaduais, orçando um valor aproximadamente de, Cr\$...2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), visando evitar demissões dos funcionários em tela.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado ao Excelentíssimo Sr. Dr. DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário dos Transportes, um maior impulso na execução dos trabalhos de construção asfáltica ligando o Município de MARILÂNDIA DO SUL ao Município de RIO BOM-PR.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1983.

(a) JORGE AMIN MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado a Senhora Doutora LILIAN ANA WACHOWICZ, DD. Diretora Superintendente da Fundepar no Paraná, um especial estudo de possibilidades no parcelamento da dívida desta Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, concernente a gestões anteriores, junto à Fundepar.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1983.

(a) JORGE AMIN MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o competente Plenário seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando que o mesmo estude as possibilidades no sentido de que, com a urgência que se faz necessário, sejam envidados esforços para o recapeamento total do trecho da Rodovia PR 239 que liga Campina da Lagoa à BR 369.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

O trecho da Rodovia PR 239, foi inaugurado no Governo Jaime Canet Jr. em 04 de novembro de 1978, isto é há 05 anos passados. Por motivos que fogem ao nosso conhecimento, mas que aparentemente, se revelam como DEFEITOS TÉCNICOS, como falta da devida compactação, DEFEITOS GEOLÓGICOS, como condições fleáticas, somados ainda pela péssima administração da firma construtora, bem como a qualidade do material usado no asfaltamento, o citado trecho encontra-se em precárias condições de tráfego, sendo que em determinados locais, nem a capa asfáltica existe mais.

Com a citada rodovia é o único veio de escoamento das riquezas da região, ainda mais que a PR 239, foi recentemente ampliada asfálticamente até Roncador, aumentando o tráfego pesado no trecho, objeto do requerimento. Além da péssima condição do leito, a rodovia não conta com nenhuma sinalização, e seu acostamento encontra-se invadido por espessa vegetação, causando grande perigo para os que nela transitam.

Pelo exposto e por outras razões que são do conhecimento do DER, justifica-se nosso justo pedido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no desempenho de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de solicitação ao Departamento de Estradas e Rodagem, no sentido de que se efetue a construção de abrigos para passageiros de ônibus na Cidade de Porto Amazonas.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, formulando solicitação no sentido de encarecer urgentes providências daquela Secretaria, visando o revestimento com cascalho das rodovias: I — PR-340 - trecho que liga Tibagi-Telêmaco Borba e Tibagi-Castro trecho não asfaltado; II — BR-153 - trecho que liga Tibagi a BR 376, e III — OR-003 trecho que liga Tibagi a BR 376, integrante do programa de trabalho elaborado pelo PRO-RURAL.

A solicitação que ora estamos apresentando, reveste-se de mais alta significação para a laboriosa população de Tibagi e adjacências, na oportunidade em que se aproxima a realização da III Feira de Bezerros de Tibagi. Tal conclave que vem obtendo pelo sucesso das promoções anteriores, repercussão nacional e internacional, necessita das maiores atenções dos órgãos públicos estaduais, a fim de ressaltar as condições da pecuária daquela região paranaense, com largos e grandes benefícios para a nossa economia.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, envio de convite ao Srs. Presidentes da FAEP, FETAEP, Associação dos Agrônomos do Paraná, Sociedade Médica Veterinária e OCEPAR, Secretaria da Agricultura, para que os mesmos possam comparecer a esta Casa, e debaterem sobre a falta de recursos financeiros oriundos do Governo Federal para a comercialização da safra de 1983.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(aa) NILSO SQUARESI

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, no sentido do asfaltamento do trecho Goioerê - Rancho Alegre, percurso de 19,5 km.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Apesar das reiteradas afirmações dos políticos do PDS, de que tal obra seria realizada com projeto para asfaltamento, tal não ocorre. O projeto que vem sendo executado é de terraplanagem com revestimento primário, estando sua conclusão prevista para julho de 1983.

A obra está sendo executada pela Empresa MOMENTO S/A, com recursos provenientes do Programa BNDE II.

Considerando a importância daquela obra, para um melhor escoamento das riquezas da região, este Deputado solicita ao

Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, o asfaltamento do referido trecho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Sr. Presidente da COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, no sentido de apelar para que seja feita com urgência, uma revisão geral na rede de distribuição de energia elétrica na cidade de Nova Cantú, conforme os termos dos ofícios expedidos pelos Srs. Warmick Pereira, Prefeito Municipal; Ruy Pereira, Presidente da Câmara Municipal e Rosendo Lopes Pena Neto, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Nova Cantú.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de apelo ao Sr. Ministro do Planejamento Delfin Neto, solicitando estudos no sentido de que as Prefeituras possam adquirir carros movidos à álcool, para seu uso, pela metade do preço, a exemplo do privilégio que vigora atualmente para os taxistas.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação foi aprovada em um encontro ordinário dos Prefeitos que integram a Micro-região 9.

Tal medida viria a beneficiar as pequenas comunas que lutam com grandes problemas financeiros, devido as pequenas arrecadações, principalmente a do ICM.

Com a aquisição de veículos movidos à álcool, que é mais econômico, a municipalidade iria fazer uma economia, permitindo assim, ao final do mês, aplicar essa economia em outro setor da administração.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 07/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica denominado "PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR DAROS", o atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa.

Art. 2.º — Aprovada esta resolução, a Comissão Executiva determinará, dentro de 30 (trinta) dias, a confecção de placa indicativa desta designação.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução é cópia fiel de outro já apresentado, em 15 de maio de 1975, o qual recebeu assinaturas dos seguintes Srs. Deputados Jayme Rodrigues de Carvalho, Osvaldo Macedo, Del Ciel, Trajano Bastos, Antônio Facci, Deni Schwartz, Maurício Fruet, Otássio Pereira, Lúcio Machado, Ernesto Gnoato, Rosário Pitelli, Ernesto Dal'Oglio, Valter Pietrângelo, Luiz Calor Zuk, Waldenício Barbalho, Gabriel Manoel, Muggiati Filho e Lineu Turra, com a seguinte justificativa:

O Projeto de resolução está subscrito por diversos Srs. Deputados da Bancada do MDB. Temos a satisfação de acusar também a inclusão de um Deputado da ARENA, numa demons-

tração de reconhecimento pelo trabalho, companheirismo, luta e dedicação que aquele Parlamentar teve nesta Casa.

Lamentavelmente o referido Projeto de Resolução número 46/75, quando tramitava na Comissão de Constituição e Justiça, isso em 09 de fevereiro de 1976, foi requisitado pela Comissão Executiva, por meio de ofício, e está desaparecido.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 35/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — É assegurado ao Professor, integrante do Quadro Próprio do Magistério do Estado, portador de mais de um padrão e que esteja regularmente aposentado em um deles, aposentar-se com os vencimentos do padrão remanescente, ao completar sessenta (60) anos de idade.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A legislação que rege a carreira do Magistério no Paraná, deixou grave lacuna ao não disciplinar o caso comum a grande maioria dos professores que possuem mais de um padrão de ensino, ocasionando realmente curiosos de mestres que não raras vezes, por exemplo, requerem benefícios, tais como licença especial, em um dos padrões, e permanecem no exercício pleno de outro padrão.

De outra parte, na mesma linha, não são poucos os casos de professores que, ao ingressarem no Magistério, posteriormente, têm oportunidade de ampliar seus padrões de aposentadoria, passando a seguir, à inatividade em um dos padrões e aguardando a aposentadoria por implemento de idade em outro. A medida ora apresentada, visa corrigir, ou melhor, amenizar as consequências da omissão legal, deixando a opção ao funcionário de requerer sua aposentadoria no padrão remanescente aos sessenta anos de idade, e não como previsto nas leis pertinentes à espécie.

PROJETO DE LEI N.º 36/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Toda a avaliação de imóveis, rurais ou urbanos, que se destine a servir de base para cálculo do Imposto de Transmissão Inter-Vivos será levada à apreciação da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores do Município da localização do imóvel.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores, terão, em comum, o prazo de 10 (dez) dias, para opinar sobre a avaliação.

Art. 2.º — Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Todas as avaliações de imóveis exigida por lei, para estribar cálculo de imposto de transmissão, são realizadas unilateralmente, sem a oitiva, necessária, dos órgãos que, efetivamente tem o exato conhecimento do valor real dos bens localizados em seu município, sendo efetivadas de tal forma a ocasionar prejuízo a alguns e lucro a maior, a outros.

Com o intuito de sanar essa irregularidade é que propomos à apreciação de nossos Pares, a presente matéria, que consideramos revestida da mais alta relevância.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura

do expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar as presenças, em plenário, do Sr. José Antônio Laguilo, Presidente da Câmara Municipal de Cianorte e do Sr. Arlindo Mazzoni, Prefeito de Japurá.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, seria hoje o dia de fazermos um pronunciamento a favor de Getúlio Vargas.

Então, queria que Vossa Excelência desse por lido o meu discurso nesta data, dos cem anos de nascimento de Getúlio Vargas, e nós, talvez equivocados, Sr. Presidente, pensamos que hoje é que seria realizada uma sessão especial para homenagear este grande estadista. Já que é para amanhã, não sabemos mais quem está errado, se somos nós da Assembléia ou se é a imprensa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência deseja informar a Vossa Excelência que não recebeu nenhum expediente, de nenhum dos Srs. Deputados, pedindo que esta sessão fosse transformada em solene. Mas adianto a Vossa Excelência que resta-lhe o Horário da Liderança do vosso Partido, para que possa fazer esse pronunciamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Se Vossa Excelência me permite, apenas para complementar, dentro da democracia desta Casa, a data de 19 de abril é a data em que deveríamos, pelo menos, homenagear o grande estadista Getúlio Vargas, o grande democrata brasileiro. E já que o meu e o seu Partido não tiveram este cuidado, peço vênha a Vossa Excelência, porque foi largamente, Sr. Presidente, publicado pela imprensa, que hoje deveria ser homenageado o maior estadista brasileiro.

Então, o meu discurso, se não for para a lata do lixo, peço a Vossa Excelência que mande transcrever nos Anais, da Casa, porque é uma aberração, Sr. Presidente, vermos uma data deste porte magnânimo...

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, se Vossa Excelência me permite, pretendo esclarecê-lo.

Conforme a Resolução número 23/69, que define o calendário de datas em que a Presidência determina as sessões especiais, não está incluída a data de nascimento do ilustre brasileiro Getúlio Vargas.

Diante disto, a Presidência só pode transformar a sessão em especial, mediante requerimento de alguns dos Srs. Deputados.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Exatamente neste dia, quando comemoramos o centenário de nascimento de Getúlio Vargas, temos a grande satisfação de, coincidência ou não, havermos iniciado nesta Assembléia, juntamente com os nossos colegas Roberto Requião, Homero Oguido, Ivan Gubert, Odeni Mongruel e os nossos companheiros suplentes, a primeira reunião de instalação da CPI da falência municipalista, do empobrecimento ou da insolvência, principalmente da grande maioria dos municípios do Paraná.

Queremos, juntamente com este fato, com este evento, que para nós — como afirmamos tantas vezes — muito mais do que um levantamento sobre situações de irresponsabilidades à frente de governos municipais, interessa-nos acima de tudo, levantar questões, teses, estudar, pesquisar, apresentar soluções e alternativas, para que os municípios do Paraná e muitos deles abandonados à situação em que se encontram, já não consigam mais sair daquele estágio de insolvência pela qual eles se caracterizam.

Mas nós queremos, Srs. Deputados, criar um relacionamento, mostrar neste momento e neste dia, que muito da crise municipalista pela qual atravessamos, tem a ver com a falta de visão nacionalista. Nacionalismo esse que foi a principal idéia deixada, transmitida, legada por Getúlio Vargas.

Não queremos discorrer nestes poucos instantes, sobre a vida, sobre o local de nascimento, mas queremos registrar pelo menos um fato.

Quando, no final do século passado, o próprio Congresso Americano, já aprovava uma lei disciplinando, regulando e controlando os trustes naquele país, aqui em nosso Brasil, na América Latina em geral, na África e em vários setores da Ásia, um poderoso império, já de trustes, então, desembarcava aqui para plantar suas enormes raízes. E aqui no Brasil, a única lei antitrustes que já foi criada, instituída, foi exatamente durante o governo do Presidente Vargas.

Estadista, ele sentia que, uma economia de veias abertas para o capital estrangeiro, um Brasil condenado por trustes, administrado pelo capital estrangeiro, jamais seria a solução para o progresso e para a emancipação da nossa terra. Teve a coragem de falar, pregar, e por que não dizer, sofrer as consequências, inclusive até com a própria vida, em nome de um nacionalismo que passou a ser bloqueado de forma tão feroz.

Foi em 1945, que tramitava no Congresso Nacional, uma lei de autoria de Agamenon Magalhães, a qual teve a ousadia de fiscalizar, de controlar e de disciplinar a ação dos grandes monopólios financeiros então radicados em nossa terra, e para nós digamos, se hoje ainda sentimos emoção quando ouvimos falar em Getúlio Vargas. Ele pode ter tido suas falhas, porque elas são inerentes ao mundo dos mortais — ele, principalmente, imortalizou-se pela idéia do nacionalismo.

Quando criança, quase todos nós Deputados — em 1954 éramos ainda crianças, pouco entendíamos de quem era Getúlio Vargas ou do que representava. Não o suicídio, mas o assassinato do nacionalista que foi Getúlio Vargas. Mas, todos nós trazemos a certeza, a convicção de que as idéias não morrem nunca; de que nós passamos, mas as idéias permanecem.

É por esta razão, por afirmar com absoluta certeza que Getúlio Vargas foi destituído pelo povo brasileiro, que jamais foi rejeitado pelo povo brasileiro, que afirmamos que foi ele uma das grandes vítimas dos interesses do truste no Brasil e que valeu a pena o nacionalismo por ele cultivado e que permanece até os nossos dias.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência lamenta mas o tempo reservado a Vossa Excelência está esgotado.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo registrar, neste espaço, aqui nesta tribuna, dois aspectos sobre a audiência do Governador José Richa com o Presidente da República.

Primeiro, porque entendo que a ida do Governador ao Palácio do Planalto deve ser vista como normal, do ponto de vista administrativo. Não deve ser vista como um extremo favor do Governo Federal, por se tratar de um governante de Partido Oposicionista em termos de governo em âmbito nacional.

Na verdade, as questões político-partidárias devem e estão sendo encaminhadas pelo partido, em termos regionais, conduzidas de forma elogiável pelo Presidente Estadual do PMDB, Deputado Olivir Gabardo, e pela nossa bancada no Congresso. O encontro do Governador com o Presidente é um encontro administrativo. José Richa vai a Brasília tratar de assuntos do mais alto interesse dos paranaenses, de brasileiros, portanto.

Segundo, temos o direito de querer da parte do Governo Federal, no caso, da parte do Sr. Presidente da República, as reivindicações que o Governador paranaense vai apresentar, não se percam na esterilidade das conversas formais, das promessas, do compromisso de "estudar com carinho e máximo empenho".

As propostas, os planos que dependem da colaboração federal, não são concessões, mas dever de brasileiro para brasileiros. Devem encontrar, portanto, real e concreta sensibilidade, pois se tratam de questões de interesse social, como é o caso do desemprego na área urbana, dos problemas do trabalhador rural.

É preciso pois, que a disposição do Governo Federal em atender as reivindicações do Governador do Paraná, seja tornada realidade, e se necessário for, deverá ser insistentemente cobrada. E isso, Srs. Deputados, será obrigação da classe política.

Nós esperamos que deste encontro, desta audiência, sejam colhidos os melhores frutos para o bem do Paraná, e como nós, aqui desta tribuna vimos por várias vezes, trazer em discussão e análise o problema do desemprego, esperamos que haja definitivamente uma sensibilidade, uma compreensão do Sr. Presidente da República com este nosso problema social, que aliás, é problema social de todo o Brasil.

Entretanto, temos também a oferecer e isto José Richa estará manifestando, dizendo da alegria dos paranaenses, através do Sr. Governador, em termos a maior colheita da história do Paraná.

Então, assim como será pedido com carinho, sejam olhados os nossos problemas, estaremos também levando uma oferta do povo do Paraná e isto talvez seja mais importante para todo o Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, nesta data importante, jamais poderíamos nos omitir em prestar aqui também a nossa homenagem ao centenário de Getúlio Vargas, porque entendemos que, quando alguém ficou na História da Nação brasileira, defendendo este País de todos os aspectos e de todas as formas, procurando nacionalizar e defender os direitos dos cidadãos brasileiros, jamais poderíamos esquecer de hoje, como Parlamentar que somos, de trazer aqui a nossa mensagem, para que se registre nos Anais do Poder Legislativo.

Sabemos, Srs. Presidente, Srs. Deputados, que a Getúlio Vargas, hoje no Paraná e no Brasil inteiro, se prestam homenagens, estas de direito, porque na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi um Presidente que entrou na História para defender a Nação brasileira e o povo brasileiro.

Um homem que procurou, de todos os aspectos e de todas as formas, evitar que esse País fosse vendido e negociado através das multinacionais.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de 1964, entram para a História muitos e muitos Presidentes que por este País passaram, mas que não foram conhecidos pelos direitos humanos e pelas leis que aqui adentraram, procurando marginalizar o povo brasileiro, principalmente massacrando o trabalhador brasileiro, o lavrador, que hoje, esquecido e marcado pelas suas mãos calejadas, abandonado por um Governo que só é reconhecido pelas atitudes arbitrarias depois de 1964.

É justo que se preste homenagens a Getúlio Vargas pelo seu senso de humanidade, que procurou conduzir esta Nação. E ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, ouvíamos atentamente quando um Parlamentar do PDS aqui se pronun-

ciava sobre Getúlio Vargas, e até respeito-o muito pelo seu pronunciamento, mas, ao encerrá-lo, foi muito infeliz, porque quis comparar Getúlio Dornelles Vargas com Ney Braga.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No Pequeno Expediente não é permitido apartes.

Concedo a palavra pela ordem, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — O Parlamentar fui eu, Sr. Presidente. Fui atacado e ninguém me impede de ser getulista. Ninguém me impede de dar a Ney Braga o que ele merece. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência esclarece ao Sr. Deputado que nesses casos não cabe questão de ordem.

Caberá a Vossa Excelência ocupar a tribuna para explicações quanto ao que foi declarado pelo orador que se encontra na tribuna.

Com a palavra, o orador que se encontra na tribuna.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, aqui não estamos pedindo a nenhum Deputado que não tem o direito de simpatia, de falar sobre Getúlio Vargas. Apenas não permitimos certas comparações que aqui foram feitas, ontem, de comparar Getúlio Vargas com Ney Braga. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se pode esquecer que o General Ney Braga como Ministro da Educação, aplicou o Decreto número 477, prejudicando os estudantes paranaenses e do Brasil inteiro. E Getúlio Vargas simplesmente procurava valorizar a juventude, para que esta o ajudasse a administrar esta Nação, Sr. Presidente.

E é por isso que não permitimos que certas comparações sejam feitas aqui, neste plenário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Anibelli.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — Sr. Presidente, Sras. e Srs, Parlamentares. (Lê):

"O transcurso de cem anos do nascimento do Presidente Getúlio Vargas constitui acontecimento histórico de relevo.

Com a sua envergadura de estadista, ocupou o maior espaço na nossa história republicana. De reformas que transmutaram o quadro da vida brasileira.

As oligarquias, nascidas do coronelismo, se abateram.

A força do trabalho conquistou um lugar ao sol, após haver sido considerada escrava e humilhadora. Recrudescou o processo de industrialização, deixando de ser o Brasil mercado consumidor de toda a produção manufatureira de fora.

Implantou-se a Justiça Eleitoral, com os seus tribunais, e instituiu-se o voto secreto.

A mulher deixou de ser pária. Ganhou também o direito de votar e de ser votada. Os partidos políticos se multiplicaram, à feição de cada corrente de idéias.

Conduzido ao Poder nos braços da Revolução de outubro de 1930, assumiu-o com a plena consciência de sua responsabilidade. Se o Brasil caranguejava no campo econômico, na condição de mero exportador de sobremesa, - como o açúcar, o café, o cacau e a erva-mate, e com tábua raquítica de outros minguados produtos, - como a madeira, o couro, a carne, o babaçu e a borracha natural, - o marasmo cresceu ao advento do "crack" da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em outubro de 1929. O "crack" levou à falência poderosas

empresas de todo o mundo. As economias nacionais ficaram profundamente abaladas. Ninguém teve mais condições de vender e de comprar, por absoluta falta de moedas fortes. A crise se refletiu com grande impacto, dentro de cada país. E o café, o nosso produto-rei na balança comercial, por ser artigo supérfluo, continuou estocado nas tulhas, nos armazéns, no pátio das estações ferroviárias e dos portos marítimos. Havíamos chegado igualmente à beira da catástrofe, o que motivou o apoio entusiástico de todas as camadas sociais ao movimento revolucionário de 1930.

Getúlio Vargas compreendeu, em toda sua extensão, a fragilidade da economia brasileira. Cuidou, pois, da nacionalização das estradas de ferro. Deflagrou o plano de industrialização, com a modernização e a ampliação no que já existe e com a implantação de indústrias novas.

Não lhe escapara, entretanto, à sensibilidade de homem público, a situação desumana da mão-de-obra, tão importante quanto o capital, para o desenvolvimento econômico brasileiro. Um somatório de leis permitiu a valorização do trabalhador porque, a partir de então, já era senhor de direitos inalienáveis.

O empresário aprendeu a ver no trabalhador um ser humano, e um parceiro na empreitada em que se envolvia. Compreendeu, por fim, e a duras penas, que o capital, por si só, nada representava. O concurso da mão-de-obra é que tornava o capital dinâmico e reprodutivo. Mas, para haver esse concurso e essa colaboração, fazia-se mister o reconhecimento de direitos ao trabalhador: jornada de oito horas de trabalho, pagamento de horas extras, férias, repouso semanal remunerado, salário-mínimo, regulamentação das profissões, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, previdência social, aposentadoria e pensões. Veio paralelamente, o sindicato, como órgão de defesa dos interesses econômicos dos associados. Chegou a assumir, o sindicalismo, a condição de tutelado pelo Governo. Essa tutela se apresentava então, como um imperativo categórico, uma vez que o trabalhador ainda não possuía noção sobre o que fosse sindicalismo. O paternalismo oficial não impediu o aprofundamento do estudo sobre o sindicalismo, e, hoje em dia, luta ele por inteira liberdade, dentro de um quadro pluralista.

Não foi fácil o caminho palmilhado por Getúlio Vargas quanto à pretendida industrialização do País.

Fatores adversos constituíam outras tantas pedras no difícil caminho. Capitais estrangeiros monopolizavam, entre nós, a energia elétrica, o telefone e as comunicações rádio-telegráficas.

Sabotavam, quando podiam, o nosso programa desenvolvimentista. E o País não dispunha de recursos financeiros, nem de força política internacional, para promover a expropriação das empresas sabotadoras.

Os opositores maiores se situavam, contudo, no comércio de importação e de exportação, que representava diretamente, os interesses do parque manufatureiro dos Estados Unidos e da Europa. O setor não queria a industrialização, porque, quanto maior a dependência brasileira de produtos estrangeiros, tanto maiores os lucros.

Fracassaram, por esse motivo, as primeiras iniciativas de Getúlio Vargas, no sentido da implantação da siderurgia entre nós, como passo inicial para o surgimento de fábricas, de máquinas e equipamentos. Não podíamos continuar importando chapas de aço, sob o risco de interrupção, a qualquer instante, do seu fornecimento, tão logo verificado que essas chapas de aço iriam contribuir para a nossa emancipação progressiva do mercado externo.

A eclosão da guerra mundial, em 1939, veio ajudar os planos de Getúlio Vargas. A indústria bélica e os exércitos dos aliados precisavam de nossas matérias-primas, sobretudo borracha natural e minérios estratégicos, afora o suprimento de víveres. Só então, o governo norte-americano rompeu as barreiras dos "trusts" internacionais do aço, e vendeu-nos as máquinas e os equipamentos destinados à Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.

Getúlio Vargas fez mais. À proporção que abastecíamos a indústria bélica e os exércitos aliados, íamos armazenando as divisas.

Pela primeira e única vez em toda nossa vida de Nação, o Brasil passou a ser credor dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Ao término da conflagração, os Estados Unidos nos deviam 800 milhões de dólares, e a Inglaterra, 300 milhões de libras-esterlinas.

Tudo isso havia sido obstinadamente armazenado no exterior, para que, transformada a indústria de guerra em indústria de paz, pudessemos cumprir o nosso destino de País industrializado. Com o envio da Força Expedicionária Brasileira à Itália, para combater, crescemos em autoridade internacional, e pudemos ser um dos participantes na mesa da conferência de paz, quando exigíamos tratamento, mais equânime.

Outra preocupação era, sem dúvida, a remessa sem limites, de lucros por parte das empresas estrangeiras, muito além do capital em moeda forte registrado. Essa remessa descontrolada constituía grave sangria em divisas e prejudicava o programa industrialista.

Cumprir lembrar que, desde 1944, o Presidente Getúlio Vargas estava providenciando a redemocratização do País, através de medidas concretas e seguras.

Era uma abertura democrática, sem tropeços e sem limitações, através da promulgação da Lei dos Partidos, do alistamento eleitoral e da reestruturação da Justiça Eleitoral.

Grupos econômicos nacionais e estrangeiros se aliaram, a essa altura, a grupos políticos e a grupos militares. Temiam a ação de Getúlio Vargas na luta pela nossa emancipação econômica, que contrariava frontalmente os seus interesses.

Esses grupos hostilizaram Vargas a mais não poder. E habitualmente, fizeram da redemocratização, já deflagrada, o seu cavalo de batalha.

A campanha teve total cobertura do rádio e da imprensa, dependentes dos grupos econômicos, porque tinham ricos anunciante.

Ninguém mencionava as providências legais, para a realização de eleições gerais a 2 de dezembro de 1945. A campanha mentirosa criou o caldo de cultura para o golpe branco em gestação, e que sobreveio, finalmente, com a deposição de Getúlio Vargas a 29 de outubro.

Os grupos econômicos nacionais e estrangeiros não queriam, na verdade, que Vargas utilizasse as reservas penosamente economizadas nos Estados Unidos e na Inglaterra, como não queriam que o Brasil participasse da conferência de paz, com reivindicações justas, e nem que restringisse a remessa de lucros, ou que promovesse a encampação das empresas de luz e força, de telefone e de rádio-telegrafia.

A ascensão do governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, eleito graças a um manifesto de apoio de Vargas - representou a dilapidação, pura e simples, dos dólares e das libras-esterlinas na compra de ferrovias inglesas no País, com contratos

de concessão a expirarem, na importação de geladeiras, aparelhos de rádio e automóveis, e na enxurrada de artigos de matéria plástica que inundou o nosso mercado.

Houve, ainda, a esperteza de alguns que lucraram mais de trezentos milhões de dólares no pagamento antecipado de um empréstimo que iria vencer apenas em 1981.

A demonstração de Getúlio Vargas, em outubro de 1945 teve resposta à altura, por parte do povo brasileiro. Logo nas eleições de 2 de dezembro, viu-se eleito Senador por São Paulo e Rio Grande do Sul, e Deputado Federal por oito Estados, inclusive pelo Paraná.

Vargas apontou os erros da política econômico-financeira do Governo, e fez apelo para que fosse retomado o plano de industrialização do País. Em vão. O Governo mal aconselhado, ao invés de ouvi-lo, rompeu com ele.

1950 assistiu à eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República, em um segundo mandato. E, no Palácio do Catete, retomou o plano de industrialização, só que agora, bem mais ambicioso. Criou a Comissão Nacional de Economia, a ele diretamente subordinada, e de trabalho sigiloso. Vimos o surgimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da Sudene, da Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia de Valorização do São Francisco e da construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e das primeiras rodovias modernas e asfaltadas. A Petrobrás instaurou o monopólio estatal do petróleo, apesar das violentas pressões internas e externas, com uma esquadra de guerra norte-americana a aportar na Baía da Guanabara, por ocasião da assinatura da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que a criara. Mensagens enviadas ao Congresso previam a criação da Eletrobrás, com encampação das empresas estrangeiras de luz e força, a Radiobrás, com encampação da sucursal da Internacional Telegraph and Telephon, a famigerada I.T.T. e a nova lei de remessa de lucros.

Tamariha carga de iniciativas, com os olhos postos tão somente na emancipação econômica do Brasil, exasperava os grupos nacionais e estrangeiros.

Muita ousadia de um Chefe de Governo de País subdesenvolvido! ... Como se atrevia, esse governo de País economicamente liliputiano, a enfrentar e a ferir interesses tão vultosos, de potências estrangeiras?

Era preciso castigar o atrevido. Era preciso sustar a política de independência.

Penas alugadas se voltaram, pois, contra Getúlio Vargas. Nunca, em toda nossa História Pátria, um Chefe de Governo foi alvo de tão feroz e desatinada campanha de injúrias, calúnias e difamações, quanto o foi o Presidente Getúlio Vargas. O que importava era atemorizá-lo para obrigá-lo ao recuo. Visava-se a participação de capitais estrangeiros na Petrobrás, a retirada do anteprojeto que restringia a remessa de lucros, o esquecimento da Radiobrás e da Eletrobrás, e assim por diante.

Getúlio Vargas decepcionou o inimigo, por manter-se firme na posição assumida. O patriotismo era, nele, bem maior do que a preocupação em preservar a sua pessoa. Não podia trair a Pátria e o Povo brasileiro.

A campanha virulenta sensibilizou parte das Forças Armadas, manipulada por chefes comprometidos com grupos econômicos, ou desejosos de posições de relevo.

Assim, políticos e militares se uniram, conscientes de que estavam sendo instrumento de interesses de grupos econô-

micos a agirem na sombra.

Exigiram que Vargas abandonasse o Poder. Como sujeitar-se Vargas a essa exigência, quando lhe cumpria defender, em toda sua amplitude, o mandato de Presidente da República que o povo lhe havia conferido nas urnas democráticas de 1950?

Vargas não era um poltrão, não obstante as traições que o apunhalavam. Encontrou na morte a porta da honra e da dignidade, depois de haver endereçado à Posteridade sua Carta-Testamento, um dos documentos mais sérios e mais significativos da História da Nação Brasileira.

Tentaram conspurcar, e depois apagar a memória de Getúlio Vargas. Os exemplos, por ele deixados, de patriotismo e de altruísmo, foram tão gritantes que falhou a malsã tentativa. O ideário, pregado em vida e consubstanciado na Carta-Testamento, fez de Vargas, o grande Guia da nossa Nacionalidade. Segui-lo, é trilhar o caminho da Paz Social, através da Justiça Social, do Progresso e da Emancipação do Brasil".

Este grande Presidente foi deposto em 29 de outubro de 1945, mas apenas menos de sessenta dias depois, foi eleito pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo como Senador da República, por partidos diferentes.

Foi eleito Deputado Federal por oito Estados da Federação. Temos Getúlio Vargas como grande estadista, o grande brasileiro que deu força ao povo humilde e ao povo trabalhador.

Comparando estes Presidentes biônicos que existem por aí, que saudade que dá deste grande brasileiro. Quero aqui homenagear os companheiros do Partido Trabalhista na pessoa de Matias Júnior, de Júlio Rocha Xavier, e enfim, companheiros, como o meu discurso não dá para terminar, prestar uma singela homenagem ao grande petebista que foi Waldemar Daros, que teve um projeto apresentado por Jayme Rodrigues Carvalho, que foi escondido nas gavetas da Assembléia Legislativa. Hoje eu reapresento este projeto, em homenagem a Waldemar Daros e a Getúlio Vargas.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como quase tudo o que é feito pelo Governo Federal, na área econômica, a maxidesvalorização — decretada a 18 de fevereiro último — pegou a Nação de surpresa. Tudo aconteceu como sempre: a medida foi decretada sem que se avaliassem seus efeitos. E hoje, dois meses depois do decreto da máxi, uma camada da população sabe muito bem os efeitos maléficos que esta medida discricionária do Governo Federal provocou: o agricultor, sob a alegação de que a máxi aumentaria a quantidade e o valor das nossas exportações agrícolas, conforme argumentou o Governo Federal, o que assistimos hoje é um empobrecimento cada vez maior de nosso homem do campo.

Tanto os fertilizantes como os defensivos agrícolas tiveram um aumento real de 40 por cento, ao mesmo tempo em que o óleo diesel subiu quase 28 por cento. Somente estes três aumentos vão importar num reajuste de quase 30 por cento no custo da atual produção agrícola. No mesmo dia em que foi decretada a máxi, a indústria de fertilizantes e defensivos agrícolas passou a não fazer mais entregas de encomendas. Assim mesmo quem tinha comprado há um mês ou mais, acabou só recebendo os produtos se pagasse o novo preço. Vamos pegar, por exemplo, o caso do trigo, que está na linha de frente da produção agrícola de nosso Estado.

Segundo dados da Cooperativa Agropecuária de Londri-

na, a máxi provocou um aumento de 30 por cento no custo da produção, o que significa para o agricultor um gasto de nada menos do que 230 mil cruzeiros por alqueire plantado. Só o fungicida, com a realização de três aplicações durante a safra, custará 56 mil cruzeiros por alqueire, ou 25 por cento do total. Com fertilizantes serão gastos 30 mil cruzeiros ou 15 por cento da produção.

Observem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este investimento vai ser realizado numa cultura que é de difícil condução e muito sensível às pragas e geadas. No caso da ocorrência brusca na alteração da temperatura ou de forte geada, o homem do campo pode perder tudo, ficando inteiramente descapitalizado.

Quanto à questão do produto agrícola ficar mais competitivo lá fora, em função da máxi, isso está mostrando ser muito relativo, nestes dois meses de vigência da determinação da área econômica oficial.

Enquanto alguns benefícios puderam ser registrados no caso da soja exportada, o mesmo não ocorreu com outros produtos, como o algodão e o milho. Embora eles tenham se tornado competitivos no mercado externo com a máxi, quem ganha com isso é só o exportador. O pobre do agricultor vê o seu lucro anulado em função da vigência do imposto de exportação.

Cálculos realizados pela Sociedade Rural Brasileira mostram que o agricultor está perdendo hoje, em função da máxi e do imposto de exportação, quase 9 por cento ao ano.

O nosso homem do campo não está tendo lucro algum, absolutamente. A famosa máxi só trouxe para o nosso agricultor perdas, porque, além de todos os demais problemas, ele enfrenta hoje maiores custos de produção e, por consequência, maior risco em culturas que estão à mercê do clima.

Este é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o retrato da nossa agricultura hoje, depois de 60 dias de vigência da maxidesvalorização da moeda em 30 por cento. Uma agricultura sofrida, combalida, que um dia chegou a ser chamada de "prioridade nacional" pelo Presidente da República.

E nós perguntamos: que prioridade é esta? Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveitando ainda um minuto que nos resta, gostaríamos de, nesta tribuna, registrar que, além das comemorações do Centésimo Aniversário de Nascimento de Getúlio Vargas, hoje também é o Dia Nacional de Luta pela moradia estudantil.

Nós, que durante a nossa permanência nos bancos escolares universitários tivemos a oportunidade e a felicidade de congregarmos com outros companheiros a moradia, numa casa de estudantes, não podíamos aqui deixar de registrar, nesta data, a importância e a necessidade que os governos, principalmente o Governo Federal, devem dar à moradia estudantil.

Nosso ensino está por demais elitizado; e aquelas pessoas sem recursos e com carências sabidas, que necessitam de uma moradia condizente, para poder concluir os seus estudos, está à mercê dos maiores problemas, tendo as casas de estudantes praticamente suas portas fechadas nos dias de hoje, pela ausência total de assistência do Governo Federal e os Governos Estaduais que antecederam.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao último orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Outro dia estive nesta tribuna, para tecer críticas a dois prefeitos do interior: o de Alto Paraná e o de Tapira.

Hoje volto com muita satisfação a esta tribuna, para também elogiar o Prefeito de Tapira, mesmo sendo do PDS.

E o faço porque estive em Tapira, junto às Lideranças locais, para tentar sustar o movimento paredista dos professores municipais, que há quase um mês estavam em greve e os alunos sem receberem a sua devida instrução, porque há seis meses eles estão sem receber seus vencimentos.

Podemos hoje, transmitir a este Poder, a nossa satisfação de termos conseguido a união de todos e termos sustado este movimento paredista; hoje, os professores do Município de Tapira já voltaram aos trabalhos e as crianças às suas escolas.

Por isso, faço este registro, porque, acima das posições políticas deve prevalecer aos interesses dos municípios.

Hoje, Tapira é um município harmonizado, mesmo ainda sem termos solucionado o problema do professorado. Hoje, ao assumirmos o compromisso perante os professores, de levarmos diretamente ao Governo do Estado, o pedido de solução deste problema, nós nos comprometemos a levar uma resposta, de preferência positiva, até o dia 10 de maio próximo.

Daí o nosso apelo ao Governador José Richa para que olhe com bons olhos o problema dessas professoras municipais que há seis meses estão sem receber seus vencimentos.

Nós sabemos e lá dissemos: é uma herança maldita que nos foi legada pelo Prefeito de então, da cidade de Tapira, mas as professoras e os alunos não podem ser prejudicados, pela malversação do erário público, de um Prefeito.

Estão esperando que a CPI da Falência dos Municípios também chegue a Tapira, para que se apure esta malversação dos direitos públicos e para que os professores do Paraná inteiro, os professores municipais, que permanentemente recebem seus salários atrasados, de hoje em diante, passem a receber mensalmente, a sua justa remuneração, pelo seu trabalho da mais alta, mais eloquente e grandiosa significação para o futuro do município e principalmente dos municípios.

Esta, a primeira colocação que desejava fazer, rendendo uma homenagem às professoras de Tapira, ao Prefeito de Tapira, e toda a comunidade tapirense que, solidária com o movimento grevista, porque justo também, se solidarizou em acreditar neste Deputado de que levaria ao Governador José Richa, o pedido premente, de solução deste problema.

O segundo motivo da nossa presença é dar expressão a um abaixo-assinado dos moradores de Santa Felicidade, que hoje nos chegou às mãos, solicitando o envio ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, nos seguintes termos: (Lê) (A matéria lida não foi encaminhada à Divisão de Taquigrafia).

Gostaria de fazer uma afirmação de que não só os moradores de Santa Felicidade, mas de toda a Cidade de Curitiba e do Paraná, vivem permanentemente intranquilos pela insegurança policial que hoje sentimos rondar as nossas portas. Os lares são assaltados e as famílias, roubadas e assassinadas, e sentimos a ineficiência do sistema policial.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência lamenta mas comunica a Vossa Excelência que seu horário está encerrado.

Esta Presidência registra, com satisfação, as presenças em plenário, do Vereador Aluísio Clever, Presidente da Câmara Municipal de Pitangá, que se faz acompanhar pelo Vereador Isidoro Morsuque.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Farei, em nome da nossa Bancada, um pronunciamento a respeito das comemorações do centenário de nascimento do eminente homem público brasileiro, que foi o ex-Presidente Getúlio Vargas.

Interpretar a figura histórica, evidente, é tarefa dos historiadores.

Inicialmente, desejo, Sr. Presidente, transcrever aqui um artigo do jornalista Gerardo Mello Mourão, no Folhetim do último domingo, do jornal "A Folha de São Paulo", em que este conhecido jornalista traça o perfil da figura contraditória de Vargas. (Lê):

"O TESTAMENTO.

Eu vim para enterrar César, não para celebrá-lo — o mal que os homens fazem continua a viver depois que eles morreram — o bem que praticaram é geralmente enterrado com seus ossos".

A memória que o País guarda de Getúlio Vargas ao comemorar o primeiro centenário de seu nascimento, sugere um generoso desmentido a esses versos de Shakespeare, com que Antônio justifica o famoso discurso dos funerais de César. O discurso, de resto, interrompido tantas vezes pelos populares que exigem do orador a leitura do testamento de César — "o testamento, queremos o testamento" — encerra uma lição: o que nos resta de César, para o povo e para a história, o que resta do estadista morto, é o que também nos resta de Getúlio Vargas — o testamento.

Para o biógrafo minucioso, assim como para seus contemporâneos, há muitos Getúlios Vargas. O homem que hoje completaria cem anos, foi politicamente, um ser protético e inumerável. Há o Getúlio Vargas que trouxe ao País, na arrancada dos revolucionários de 30, a bandeira da regeneração democrática. Há o Getúlio Vargas que enrolou essa mesma bandeira, apoderando-se durante quinze anos do Governo do País, fechando o Congresso e as Assembléias, depondo os governadores, revogando os direitos humanos, criando os cárceres políticos, os degredos de Fernando de Noronha, os banimentos, as leis retroativas, o infame Tribunal de Segurança e implantando no País a longa noite da ditadura do Estado Novo. Há o Getúlio Vargas solitário da queda de 45, recolhido ao ostracismo de sua estância gaúcha, de onde volta, nos braços do povo. Há o Getúlio que ensaia no País a fundação da primeira democracia popular e que, encurralado pela reação conservadora e alcançado em sua honra pela impiedade dos inimigos, mete uma bala no coração, ao fim da madrugada dramática, e escreve, com o próprio sangue o testamento com que se despede da vida para entrar na história.

O governante que enviara ao Congresso a mensagem propondo a internacionalização do nosso petróleo ficará na história como o nacionalista que morreu para defender a soberania política econômica, depois de fundar a Petrobrás. O homem que suprimiu a liberdade sindical, há de ficar na história como o líder popular que imolou a própria vida para garantir os direitos dos trabalhadores.

A história terá, talvez, uma sabedoria especial que escapa aos que a sofrem na própria carne. Afinal, ela é feita pelos que tiveram o privilégio de ser os seus protagonistas. Getúlio Vargas foi um deles. Gostem ou não, é como um herói nacionalista e popular que ele há de ficar na história. Com um testamento na mão. Como Júlio César.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago o depoimento, talvez, do homem que mais historicamente esteve ligado ou estará ligado a Getúlio Vargas, o grande jornalista Samuel Wainer.

Também, no mesmo folhetim, especialmente dedicado ao centenário de Getúlio Vargas, a "Folha de São Paulo" faz constar este artigo de Samuel Wainer, "Recordações de Getúlio". (Lê): "Samuel Wainer sobrevoava o Rio Grande do Sul num pequeno avião, após terminar uma reportagem sobre as plantações de trigo naquele estado, feita para os "Diários Associados". Ao passar sobre São Borja, resolve descer na Fazenda do Itu para tentar uma entrevista com Getúlio Vargas em seu refúgio quase inexpugnável. Obteve êxito e sua reportagem marcou o início da volta de Vargas ao poder, nas eleições de 1950. Neste trecho de seu livro de memórias, em fase de preparação, Samuel Wainer conta como se deu seu encontro com Getúlio.

"O pátio em frente à fazenda era altamente romântico, sebe, as roseiras, os bancos de pedra, a casa no fundo, colonial, tipicamente de fronteira. E perto dois capatazes de facão "deste tamanho", montando guarda. Eu era um estranho ali. E duas coisas ocorreram pitorescas. A primeira é que o piloto do avião que nos levava até lá, sendo queremista, não iria trair o chefe dele: logo que chegou contou a Getúlio que eu iria dizer que o avião tivera uma pane e não havia pane nenhuma. E a segunda que o Tadeu, meu repórter auxiliar, que dizia ser íntimo de Getúlio, Getúlio nunca o tinha visto. Então ficou uma situação meio estranha, nós ficamos ali sentados, quatro horas da tarde, uma beleza... O pampa é uma coisa extremamente tranqüilizadora é bucólico, é sedativo, você olha e não vê fim. De vez em quando passa lá longe uma manada de bois, passam carneiros, uma coisa extremamente repousante. Eu estava meio absorvido naquilo, quando abre-se a porta e sai um boneco gaúcho. Um boneco como se fosse um desses bonecos de Walt Disney: baixinho, um metro e pouco, bombachas azuis, me lembro como hoje, camisa bonita, xadrez, um lenço, chapéu, sorriso... Um homem no auge do seu vigor físico, da sua paz interior e da sua alegria. Ele saiu, olhou e disse: "Quem é Wainer?" Aí eu me levantei e disse: "Sou eu, senador". "Ah, e como vai o petróleo?" (referindo-se às minhas reportagens sobre o petróleo no Brasil). Eu disse: "Pelo que vejo, senador, não sou quem tenho que lhe pedir uma entrevista, eu tenho é que lhe dar uma entrevista. Estou às suas ordens para lhe dizer como vai o petróleo, vamos conversar". Ele disse: "É, precisamos conversar. Sente-se. Os senhores (dirigindo-se aos demais) podem partir lá para a casa do capataz que nós temos uma conversa e gostaria de estar a sós com o Wainer". Eu disse: "O senhor permite que tire umas fotos antes?" Ele autorizou, tirei umas fotos lindas. E pensei: é agora ou nunca. Começamos a conversar eram 4:30 horas (tínhamos de decolar antes que escurecesse) e eu disse: "Olha, o petróleo, senador, está no momento..." E ele disse: "Estou informado sobre o petróleo. Eu vou lhe dizer sobre o meu pensamento político". Aí eu tive um pressentimento que tinha chegado na hora certa, no lugar certo, no homem certo: Getúlio estava precisando falar. E começamos a falar de política. E eu senti, apesar de estar um pouco fora da política, que ele estava fazendo declarações altamente importantes. Primeiro ele estava usando a entrevista para estimular uma candidatura militar. Por que uma candidatura militar? Porque ela iria garantir as eleições. Ele elogiou o brigadeiro Eduardo Gomes que era seu maior inimigo. Disse: "É um homem que eu apoiaria. É uma candidatura natural, é uma candidatura lógica". Só aquilo já bastava. Getúlio lança o brigadeiro, elogia o Adhemar, que seria seu futuro aliado. "Ninguém mais que Adhemar tem direito a ser candidato". E foi lançando candidatos. Ele visava, com isso, fazer com que eles o procurassem para obter seu apoio. "E se o senhor viesse a ser candidato?" Ele disse: "Eu não sei, mas pode dizer uma coisa: eu voltarei". Aí eu tremi. "Eu voltarei mas não voltarei como líder de partidos, e sim como líder de massas". Getúlio tinha rompido com todo seu passado naquele dia. Estava acima dos partidos — era a grande jogada dele, pois depois recebeu o voto de todos... Quando acabou eu estava trêmulo, a cabeça cheia... E ele olhou para o relógio e disse: "O avião está bem, não tem pane", e riu..."

Sr. Presidente, Srs. Deputados,

(Lendo): "Interpretar a figura de Getúlio Vargas é tarefa que cabe aos historiadores. Hoje, de Sul a Norte, esta Nação não pode esquecer a data do centenário do nascimento do grande estadista Getúlio Vargas.

Ao PMDB, como partido eminentemente popular, que sobreviveu à longa noite do autoritarismo, porque sempre contou com o apoio da opinião pública, só resta a alternativa de recordar e exaltar as suas qualidades positivas, a sua inquestionável liderança nacional, a sua capacidade de interpretar os anseios de todos os brasileiros.

E nem poderia ser diferente, Srs. Deputados, pois o PMDB agindo, está sendo intérprete dos generosos sentimentos do povo brasileiro, que ao longo da história, sempre teve grandeza para perdoar as fraquezas e enaltecer as qualidades.

Com a revolução de 30, Srs. Deputados, Getúlio aboliu a república velha que legislava em favor dos ricos e desdenhava aos pobres. Instituiu o voto secreto e universal, banindo, para sempre, a farsa das eleições à bico de pena que sempre favorecia os potentados da terra, as velhas oligarquias rurais, os chefetes políticos, e impossibilitavam o surgimento de novas lideranças, autenticamente populares e democráticas.

Com a revolução de 30, Sr. Presidente, Getúlio lançou as bases do nacionalismo brasileiro, criou numerosas indústrias que mudaram a face deste País, como a Fábrica Nacional de Motores, a Usina de Volta Redonda, a Companhia Vale do Rio Doce, a Indústria de Construção Naval e tantas outras.

Sobreveio depois a ditadura do Estado Novo, numa época em que o facismo estava em ascensão no mundo e que resultou na deflagração da segunda guerra mundial, com seu cortejo de horrores e tragédias. Mas, Getúlio Vargas não seria o estadista que foi, Srs. Deputados, se não tivesse os seus grandiosos momentos de recaída, liberais e democratizantes.

É isso que explica, Srs. Deputados, que em 1942, no auge da conflagração mundial, quando parecia iminente a vitória do nazismo, Getúlio promulgasse a Consolidação das Leis do Trabalho e rompesse relações com o eixo, determinando o engajamento do País ao lado dos aliados.

A Legislação Trabalhista, Srs. Deputados, foi a verdadeira carta de alforria dos trabalhadores brasileiros. Com ela, Getúlio instituiu a Justiça do Trabalho, o regime de oito horas diárias, as horas extraordinárias, as férias, o aviso prévio, as indenizações por despedida injusta, os direitos da mulher gestante, além de disciplinar as normas de trabalho da mulher e do menor.

Muitos destes princípios, Srs. Deputados, permanecem até hoje, mais vivos do que nunca. Alguns foram ampliados pelo interregno democrático dos governos legalmente constituídos, após Getúlio, como é o caso do Estatuto do Trabalhador Rural. Outros foram golpeados em sua essência, como ocorreu com o Estatuto da Estabilidade no Emprego, substituído por governos autoritários, pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Mas, a essência das leis trabalhistas aí está, a disciplinar as relações entre trabalhadores e empresários, entre sindicatos e governo.

E esta, Srs. Deputados, sem dúvida, é uma obra de Getúlio Vargas.

É verdade, Sr. Presidente, que Getúlio por alguns momentos, tratou as greves e problemas sociais como casos de polícia, reprimindo as manifestações dos trabalhadores, que ontem como hoje, lutavam por melhores salários. E nem sempre, Sr. Presidente, Getúlio foi sensível aos reclamos da nossa juventude, fadada historicamente, a expressar os legítimos anseios populares.

Mas não é menos verdade, Srs. Deputados, que Getúlio abdicou de seus poderes discricionários e ditatoriais, ouvindo o clamor que vinha das ruas, para convocar a Assembléia Nacional Constituinte, em 1945. Mais do que isso, Sr. Presidente, Getúlio completou a sua obra democrática, com a realização de eleições livres, a libertação de todos os presos políticos e a pacificação da família brasileira.

Destituído em 1945, ei-lo de volta ao poder em 1950. Srs. Deputados. Não mais pela força das armas, como o jovem capitão revolucionário de 1930, mas amparado pelo voto popular, com ânimo renovado, disposto a consolidar a democracia neste País e a fazer do Brasil uma Nação livre e soberana.

Getúlio instituiu o salário mínimo, estabeleceu um estreito relacionamento com as organizações sindicais, concitou o empresariado nacional a trabalhar pelo desenvolvimento do País, puniu os especuladores, resistiu às pressões internacionais,

criou a Petrobrás e a Eletrobrás.

Por isso Getúlio não foi deposto em 45 pelo povo, nem levado ao suicídio pelos democratas, que dele divergiam em muitos casos, mas que reconheciam as suas qualidades, tanto quanto as suas fraquezas, os seus avanços e recuos.

Foram os espíritos reacionários de dentro e de fora das nossas fronteiras que levaram Getúlio ao sacrifício extremo. E é por isso, Srs. Deputados, que Getúlio será sempre lembrado pelo povo brasileiro, tornando-se merecedor das homenagens do PMDB, que também lutou pela anistia, que defende a Constituição, as eleições diretas em todos os níveis e combate à exploração da nossa economia pelos poderosos grupos econômicos internacionais. De certa forma, Sr. Presidente, podemos dizer, que o PMDB retomou as bandeiras de Getúlio Vargas e haverá de sustentá-las cada vez mais, contando sempre com o inquestionável apoio popular. Para nós, ao contrário do que dizia Shakespeare, o mal que Getúlio Varga praticou foi enterrado com ele; o bem que ele fez continua vivo na memória e no coração do povo brasileiro".

Estas, Sr. Presidente, as considerações que transcrevemos na comemoração do centenário do nascimento do grande estadista Getúlio Vargas e a maior prova de que o bem que Getúlio Vargas fez sobrevive mais presente do que nunca. Das milhares de praças, das milhares de ruas, dos milhares de bustos, de fotografias, de estátuas que foram implantadas quando Getúlio foi governante e talvez aí estivesse a força dos que o apoiavam, hoje, Sr. Presidente, passados todos esses anos, a memória de Vargas é tão presente que hoje, numa homenagem de real reconhecimento pelo bem que este homem fez ao Brasil, no Conglomerado Banestado, inaugurou-se uma sala com o nome "Getúlio Vargas".

Acredito que o Paraná presta, por isso, uma justa homenagem a Getúlio Vargas, que aqui mesmo, ao passar em 1930, por Curitiba, na grande revolução que destruía com a velha República e instituía novos horizontes para o Brasil, aqui mesmo, de Curitiba, fez pronunciamento histórico.

Se vivo estivesse, e impossível no curso da história na limitação da própria vida humana, mas viva está a figura de Getúlio Vargas, como defensor da nossa economia, da nossa soberania e do homem, que teve a coragem extrema de entregar a vida para não renegar aos princípios que amadureceram, filosofia que construiu durante uma vida de luta, de sacrifícios, de angústia. Mas que, com sua morte, trouxe o que talvez o historiador dissesse e bem concreto, o testamento.

O testamento de Vargas é um testamento de nacionalismo, é um testamento de liberdade, é um testamento de esperança, esperança principalmente ao trabalhador, ao mais humilde. Nesse que realmente constrói e faz a liberdade do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos) Esta Presidência registra, com satisfação, as presenças em plenário, dos Srs. Deputados Federais Amadeu Gears e Haroldo Moleta, este último coordenador da Bancada Federal do PMDB na Câmara dos Deputados.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhes é destinado. Com a palavra por dez minutos, o Sr. Deputado Paulo César Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Embora o Paraná esteja colhendo uma das maiores safras agrícolas já registradas em sua história, está o setor agrícola defrontando-se com falta de recursos de comercialização para amparo da produção. Esta preocupação consta de telex enviado pela OCEPAR ao Ministro da Agricultura, Amaury Stabile.

A mesma preocupação consta de telex enviado ao Presidente João Baptista Figueiredo onde relata a situação desalentadora vivida pelos produtores e cooperativas paranaenses face à inexistência de recursos.

Relata ainda a OCEPAR, que as medidas restritivas que vêm sendo adotadas na liberação e limitação de financiamentos aos produtores e suas cooperativas, configuram-se altamente negativas.

O Banco do Brasil, configuram-se altamente negativas.

O Banco do Brasil colocou no mês de abril em empréstimo do Governo Federal, em EGF, 29 bilhões de cruzeiros.

São necessários ainda neste mês de abril 21 bilhões de cruzeiros já deferidos mas não liberados.

Para o mês de maio, serão necessários 60 bilhões de recursos de EGF (Empréstimo do Governo Federal), via Banco do Brasil.

Maio é o mês de pique de safra, tornando-se imprescindível a alocação dos recursos para comercialização.

Comercialização de milho, algodão e soja.

Os jornais estampam hoje, matéria intitulada: "FALTAM 13 BILHÕES AO PARANÁ PARA COMERCIALIZAR A SAFRA".

Sentimos que existe preocupação pelo problema, do nobre Deputado Donato Gulin, do PDS.

Soubemos ainda, que quando se inicia a safra do Rio Grande do Sul, começam a faltar recursos para o Paraná, tendo em vista que recursos são deslocados para atender os gaúchos, com o enorme poder de pressão política que os integrantes dos diversos partidos, de mãos dadas, exercem junto ao Governo Federal, para atender ao sindicatos rurais do Rio Grande do Sul.

Diante disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa situação de falta de recursos não atende aos interesses do Paraná, não atende aos interesses dos paranaenses.

Estamos sendo todos nós atingidos por essa falta de recursos. Faço então um apelo ao Líder da Bancada do PMDB e ao Líder da Bancada do PDS, para que através de uma reunião de emergência, reunindo os parlamentares dos dois partidos, junto com os setores representativos do setor agrícola do Paraná, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná, Associação dos Engenheiros Agrônomos, Sindicato dos Médicos Veterinários e Secretaria da Agricultura, juntos, façamos uma reunião de emergência para defendermos urgente e firmemente os interesses do nosso Estado.

Solicitamos então essa reunião num urgente prazo e gostaríamos, inclusive, da manifestação do nobre Líder do meu partido, e do nobre Líder da Bancada do PDS.

Eram estas as colocações que eu gostaria de fazer neste instante.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário.

O SR. RUBENS BUENO — O Deputado Roberto Requião fará uso dos próximos 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Roberto Requião por dez minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O PDS nas últimas sessões desta Assembléia tem mantido uma linha de comportamento por estrada, no sentido de enaltecer as benesses que o Governo do Sr. Ney Braga teria trazido ao nosso Estado. A Minoria desta Casa está ainda inconformada com o julgamento soberano do povo, expresso de forma clara e definitiva nas eleições de 15 de novembro.

A juízo dos Deputados da Minoria, persiste ainda a imagem ilusória, distorcida e irreal da geração de progresso, "slogan" espalhafatoso que sustentou a suntuosa propaganda oficial do partido derrotado no seu último período de governo.

Reconhecemos que a sabedoria popular nos diz que, em cada cabeça pode haver uma sentença. Mas, apesar disso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PDS tem perdido um tempo precioso, um tempo precioso, quando se propõe a justificar o injustificável e a sustentar o insustentável.

Quando fazemos esta afirmativa, queremos nos remeter aos dados do censo de 1980, que retratam com precisão a amarga realidade existente no Paraná, depois de quase 20 anos de arbítrio, de incúria e de domínio absoluto do ex-Governador Ney Braga e de sua corte.

O que o censo nos revelou? Revelou que a média de idade do paranaense é hoje de 18 anos, o que importa na sobrecarga escolar e nos serviços e que menos de quinze por cento dos alunos que ingressam na primeira série escolar, chegam a oitava série sem interrupção. Sem dúvida a desqualificação da população jovem, que é o capital humano básico para o progresso do Estado, reflete claras e evidentes desigualdades sociais.

O crescimento demográfico do nosso Estado nos últimos dez anos, foi o menor do País — 0.97 para uma média nacional de 2.47. No entanto, esta média nacional foi superada em várias cidades como Curitiba, Guarapuava, Ponta Grossa e Extremo Oeste. Neste período não ocorreu o crescimento do Paraná, mas a estrutura agrária forçou uma concentração que se deu no eixo Curitiba-Ponta Grossa. Hoje a região metropolitana de Curitiba reúne mais de trinta e cinco por cento do pessoal ocupado nas indústrias do Estado e mais do que trinta e um por cento do valor de transformação e mais do que quarenta e três por cento do valor adicionado à nossa economia.

Enquanto isto, neste período de dez anos, o nosso Estado perdeu mais de 150 mil médias e pequenas propriedades agrícolas, propriedades cadastradas, porque neste dado não se encontram arrolados os posseiros, os meeiros e os posseiros que nunca tiveram registro possível de ser avaliado pelo censo.

Estas propriedades liberaram mão-de-obra na ordem de um milhão e duzentas e trinta e cinco mil pessoas, aumentando os contingentes de "bóias-frias" e favelados.

Esta é a dura realidade do Estado.

Já em 1979, o próprio IPARDES, dizia que o Paraná havia se transformado em área de expulsão de numerosos contingentes populacionais. Distinguindo-se dois fluxos principais em direção aos centros industrializados de São Paulo e Curitiba e em direção aos centros industrializados de São Paulo e Curitiba e em direção ao Paranaguai e à frente amazônica, na tentativa de preservar os seus vínculos culturais com a agricultura.

Eis aí, em pinceladas rápidas, as causas reais do desemprego do Paraná, agravadas pela erradicação dos cafeeiros, por um modelo econômico que privilegiou a exportação de soja, altamente mecanizada, pela produção para exportação, pela inundação de áreas férteis pelas grandes barragens, desestabilizando a produção em extensas áreas do Estado e agravando os problemas sociais.

Acrescente-se a isto os efeitos devastadores da reforma tributária de 67. O autoritarismo que determinou o empobrecimento dos Estados e municípios, teremos o retrato fiel, de corpo inteiro, não apenas do desemprego, mas de todos os problemas que hoje desaguam no Governo do PMDB de José Richa.

Feito o diagnóstico da doença que corrói a economia, gera descontentamentos e inquietações sociais, resta-nos indagar:

o que fazer para superar estas dificuldades?

O PMDB entende que as crises econômicas têm origem política, que só com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, de um reordenamento jurídico deste País, será possível unificar os esforços, racionalizar a aplicação de recursos e desencadear obras de serviços que, além de gerarem empregos, atendam necessidades básicas da população, principalmente nos setores de educação e saúde, segurança pública e habitação.

Internamente os Deputados do PMDB se propõem a realizar um Governo sério, austero, voltado para as angustiantes necessidades dos paranaenses. Preocupado em desenvolver o cooperativismo autêntico, as agro-indústrias, as pequenas e médias empresas que além de serem genuinamente nacionais e paranaenses, sempre foram as grandes geradoras de empregos.

Não temos dúvida que estes objetivos serão alcançados pelo Governo José Richa, com a participação da Assembléia, com a participação do partido e o apoio manifesto da opinião pública de todos os paranaenses. Cabe a nós Deputados, como os legítimos representantes do povo, contribuir com medidas concretas, para viabilizar, a curtíssimo prazo, projetos e planos que possibilitem o desenvolvimento integral do Paraná. Paraná como um todo, reduzindo desigualdades regionais e sociais.

É de acordo com este raciocínio que passamos a analisar, rapidamente, um projeto de lei apresentado no último dia 12 pelo Deputado Airton Cordeiro, propondo a criação de um Conselho Paranaense de Política de Empregos. É louvável a preocupação do ilustre Deputado do PDS. É louvável a preocupação do PDS com os problemas sociais. Problemas sociais que afligem a sociedade não só no Paraná e no Brasil, mas em todo o mundo. E nós estamos dispostos a abrir um diálogo com Sua Excelência, o Deputado Airton Cordeiro que, no entanto, não se encontra presente no plenário hoje, e com os demais companheiros do PDS sobre esta proposta. Infelizmente, porém, a criação deste referido Conselho em nada contribuiria para a solução dos problemas que temos encaminhado nesta Assembléia.

A questão do emprego no Estado não se restringe ao aconselhamento, à participação corporativa em organização que, de resto, só cristalizam a existência de mais um nome e de mais uma sigla. O problema do desemprego tem que ser resolvido com uma nova prática, com um novo estilo de governo, eminentemente popular, democrático — e isto estamos encaminhando ao nível do Governo do PMDB. Além disso, o nobre Deputado Airton Cordeiro, talvez por desconhecimento, apresentou um projeto que se sobrepõe a um Conselho já existente, que é o Programa Paranaense de Emprego, criado pelo ex-Governador Jayme Canet, através do Decreto 2.459, de 1976, que tinha objetivos idênticos aos visados pelo Deputado na apresentação desse seu projeto, diferindo apenas quanto à sua composição, o que no caso é absolutamente irrelevante.

O programa paranaense de empregos, PROPAE, é presidido pelo Secretário de Indústria e Comércio, e integrado pelos Secretários de Agricultura, Planejamento, Finanças, Educação, Saúde e Bem-Estar Social. E por um representante da Delegacia Regional do Trabalho, que formam o seu Conselho Consultivo.

Infelizmente o PROPAE no Governo do Sr. Ney Braga, não se reuniu uma única vez; nada fez para conter o êxodo rural, nem abriu frentes de trabalho, limitando-se a distribuir algumas verbas políticas aos Prefeitos que apoiavam a candidatura de Saul Raiz, através da extinta Secretaria do Desenvolvimento dos Municípios. Isto não quer dizer, que o PROPAE não possa prestar relevantes serviços ao Paraná, nem que ele deixe de ouvir os representantes da comunidade, das classes trabalhadoras, e da sociedade organizada. Ele pode se abrir novamente em busca de subsídios para definição de uma efetiva política de empregos e formação de mão-de-obra.

No entanto, pela existência de um Conselho, que a prática já provou no Governo anterior, ser somente mais um Conse-

lho, é que nos colocamos hoje contrariamente à criação de mais um Conselho, de mais uma sigla, que em nada contribui para a soluções de problema de emprego no Estado do Paraná.

Fica apelo ao Deputado Airton Cordeiro, que retire esse projeto que se sobrepõe a outro mais importante e que não contribui em nada e de forma alguma, para a discussão dos problemas do emprego que de resto estão subordinados às grandes questões do desenvolvimento do Brasil; a submissão do Brasil ao Fundo Monetário Internacional; este Brasil, que passou os últimos anos administrando a sua dívida externa, e que hoje, evidentemente, é administrado por ela.

O problema do desemprego passa pela unidade da classe política, na luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática, que possibilite a retomada do desenvolvimento do Brasil em novas bases. Retomada possível na sétima potência industrial do mundo; no país que possui um povo generoso e trabalhador; num país que tem uma agricultura capaz, de não só alimentar o seu próprio mas alimentar o próprio mundo subdesenvolvido.

O problema do desemprego passa; além de passar pelas questões que o Governo José Richa terá que enfrentar no Estado do Paraná, passa pela reforma fundiária urbana, passa pela reforma agrária, passa pela reforma trabalhista e previdenciária e passa pela reforma tributária, que valorize os municípios e possibilite a retomada de um desenvolvimento em novas bases, com a participação do povo, com a discussão pela classe política; um desenvolvimento que reflita o resultado das eleições de 15 de novembro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. **(Sem revisão do orador).**

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte? **(Assentimento).**

Eu não tenho autorização do nobre Deputado Airton Cordeiro, ou procuração para defendê-lo no seu projeto de lei.

Entretanto, considero louvável sua iniciativa, de vez que o próprio programa peemedebista estabelecia antes das eleições que Sua Excelência o Governador José Richa procuraria governar com a lei e não com o decreto.

O eminente Deputado Airton Cordeiro, provavelmente não desconhecia a existência deste decreto criando um órgão que teve, nas palavras de Vossa Excelência, um rendimento diminuído na estrutura de organização do Estado do Paraná.

Portando, com uma lei e com um Conselho do qual participam também Deputados do Partido minoritário e do partido majoritário, é possível se estabelecer um Conselho que realmente funcione e traga propostas concretas para a realidade estadual.

Ademais, Vossa Excelência não faz referência... **(Retirado o som).**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência lamenta, mas comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos 10 minutos que lhe restam.

O SR. RUBENS BUENO — **(Pela ordem)** — Será usado pelo Deputado Tadeu França, em nome da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra o Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendemos inicialmente concluir aquilo que estávamos afirmando aqui no Pequeno Expediente, com relação ao estadista Getúlio Vargas. Dizíamos que o real motivo da morte de Getúlio não foi outro a não ser uma exigência comprada pelos interesses dos grandes monopólios estrangeiros.

A lei instituída por Agamenon de Magalhães e que foi uma determinação direta do próprio Presidente da República, estipu-

lava que jamais o truste, jamais o monopólio haveria de estender o seu domínio, porque, acima de tudo, haveria de se assegurar a supremacia do capital brasileiro e econômico brasileiro, o controle, o rigor, a fiscalização.

Por esta razão, lamentamos e denunciemos desta tribuna o fato de que anos mais tarde, após a morte de Vargas, o seu sucessor teve à sua frente e pactuou praticamente, aceitando, permitindo que através do governo provisório fossem abertas as veredas, se permitisse aquilo que hoje é uma verdadeira avalanche, o que se chama de livre comércio, livre expansão, mas, que veio representar a servidão de nossa gente ao capital estrangeiro.

De lá para cá o quadro que nós assistimos é este, temos conselho para tudo a exemplo do que afirmava o Deputado Requião.

Mas, conselhos que têm sido caracterizados pela falência, pela omissão em seus propósitos ricos em seus verbalismos, mas vazios porque vazados por conteúdos de hipocrisia. E assim nós vemos quando contemplamos um Brasil, por exemplo, na Amazônia, nós lamentamos que há dez anos passados a Amazônia possuísse 45 mil propriedades, e que no último censo apresentasse apenas 9 mil grandes propriedades, quase todas elas seladas, registradas por monopólios estrangeiros.

Quando nós vemos até mesmo representantes da Igreja Católica, a exemplo de D. Pedro Casaldáliga, que, numa CPI no Congresso Nacional, quando era insultado como subversivo, como protetor de posseiros, ele dizia apenas que estava levando a sua voz em defesa do homem sem terra, daquele homem que nasceu na Amazônia, daquele homem que é filho do Mato Grosso, mas que é escravo e que passa fome em terras da Volkswagen do Brasil S.A., em terras da Liquigás, em terras do Frigorífico Anglo, em terras da Nippo Electric Corporation do Brasil S.A., em terras de tantos monopólios, que conseguiram fixar-se aqui, que conseguiram transformar a nossa autonomia em dependência financeira, e transformar o nosso homem da terra em pária, plantado e fixado na terra da qual ele é apenas escravo.

Falar isso, afirmava D. Pedro Casaldáliga, é atentar contra a ordem, é desrespeitar a lei, enquanto se prendem sacerdotes, enquanto se matam até, porque um deles chegou a ser assassinado em São Félix do Araguaia, no Mato Grosso.

Prega-se a subserviência, aquilo que foi a razão de ser, aquilo que foi a bandeira de um Vargas. Esse povo de quem eu fui escravo jamais será escravo de alguém. Infelizmente, nosso povo é, em grande parte, escravo, escravo do capital estrangeiro, escravo do monopólio, escravo do truste, tendo, após si e tendo antes de si, a figura de verdadeiros generais que têm patrocinado a ação das multinacionais contra a nossa gente. A própria CODEARA, no Amazonas, uma empresa que, contra o interesse dos brasileiros sempre contou com a participação de generais de Exército e, quando D. Pedro Casaldáliga, na sua modéstia, apresenta uma lição de autêntico nacionalismo, apresentando os nomes daqueles que têm traído, daqueles que têm esquecido a cartilha e o legado do nacionalismo deixado por Vargas, nós sentimos que esta gente se dá todos os qualificativos: comunistas, terroristas, subversivos, e uma gama inteira de outros qualificativos, sem perceber que, acima de tudo, clama em nome do Brasil, clama em nome de nossa terra, um dever sagrado que é aquela lição contida no que eu dizia ainda há pouco desta tribuna, a uma palavra que tem que ser a palavra do momento, e essa palavra se chama nacionalismo.

Urge frentes democráticas, frentes nacionalistas, porque, mais do que nunca, os nossos dominantes têm sido omissos, têm sido covardes, têm sido dominados por fora, têm cedido ao pacto de multinacionais, têm aberto as veias da nossa terra a todos os interesses, menos aos interesses de nossa gente, menos aos interesses da brasilidade. É por isto que, nos setores base da nossa economia, está presente o capital estrangeiro, está presente a

garra estrangeira, está presente a exploração estrangeira!

Srs. Deputados, eu creio que, nesta data, fica e deve permanecer, como alerta, não para este, ou aquele, mas, para todos nós, o momento espera de nós todos Parlamentares, um novo tipo de heroísmo, capaz de denunciar, capaz de não compactuar com o som do vil alienígena, capaz de não vender os nossos mandatos, como um Judas, por 30 moedas de prata! Capazes principalmente, espelhados na imagem de Vargas, de, acima de tudo, pregarmos o amor fecundo à nossa gente, ao nosso povo, banido, traído, cuspidos em seus anseios mais autênticos e mais sagrados!

Creio que é esta, a significação profunda de uma data! Porque, rememorar fatos, sem aplicar a uma realidade, e a nossa realidade é esta, é, apenas, proclamar veleidades, é apenas discorrer sobre o fútil, e não podemos nos dar ao luxo de esquecer os graves temas nacionais, as graves preocupações brasileiras que neste instante representam a inquietação de um povo inteiro que sabe das suas dificuldades, sem entender as causas, que aprende, na História, que Vargas foi vítima do suicídio, houve uma trama bem urdida de monopólios estrangeiros, que cobraram que exigiram, que condenaram e que arrastaram Vargas para a morte!

É preciso mudar a nossa História.

Quando nós falamos em heróis, nós temos que dar a exata dimensão dos nossos heróis, sob pena de mentirmos ao futuro, sob pena de mentirmos àqueles que de nós esperam a verdade. As nossas guerras, a nossa dominação, a Guerra do Paraguai, o massacre de mais de 90% de uma população, e, o Brasil, a serviço dos interesses britânicos, da Inglaterra?! Os nossos ciclos econômicos, sempre representaram repostas a interesses que não foram aqueles ditados e deixados por Vargas. Os nossos homens sempre foram vítimas, jamais os nossos peões, através do cacau que servia aos gulosos americanos e europeus, conseguiram a própria prosperidade. Os nossos ciclos representaram uma dependência, em que o Brasil sempre ganhou muito menos, em produzir, do que os demais, em consumir aquilo que nós produzíamos.

Srs. Deputados, aqui fica a nossa mensagem, limitada, sim, mas, o reflexo de um sentimento, acima de tudo, a brasilidade!

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Disse bem o Deputado Manfrinato, que talvez não conheça a Constituição, talvez não conheça que as Leis brasileiras dão livre pensamento e livre arbítrio, para cada pessoa.

Ele criticou um Deputado quando disse que Gabriel Manoel — apesar de não ter a coragem de falar o nome do Deputado — é getulista e também faz apologia de Ney Braga.

É o despotismo, Sr. Presidente, é o despotismo, Srs. Deputados, que impera na cabeça desse jovem que, hoje, acha-se o "dono da verdade", como dizia o meu amigo Erondy Silvério. É o professor intelectual que quer saber tudo, mas nada sabe; é o homem que não estuda a Constituição, que não sabe que todos nós, homens, mulheres, brasileiros, temos o direito a um discernimento. Em que pese a ausência desse Deputado que, presente ou ausente, na calada do anonimato não tem a coragem de dizer ao Deputado, que é admirador de Ney Braga, admirador de Getúlio, como também é admirador de Jayme Canet.

Isto é um problema de foro íntimo, Sr. Presidente, ao grande estudioso das leis, da Constituição, Deputado Manfrinato. O homem intelecto que talvez veio à Assembléia para ser o

professor de Deus, como dizia Erondy Silvério. Esse homem na mesquinhez, esse homem que procura estacar o seu companheiro que nada entende da Constituição, nada entende como diz o português de "ir e vir" e de cada uma ter o seu discernimento, sou admirador de Getúlio. Segui as suas diretrizes e seguirei, também, as diretrizes do grande Governador Ney Braga, e não é o Deputado Manfrinato que sem conhecimento de causa, vem procurar, no anonimato, abalar o meu pensamento.

Este é um problema que está inserido no contexto da Constituição brasileira. Pediria ao Deputado Manfrinato que olhasse e atentasse para a Constituição. Todos nós temos direitos, direitos ditados por Vargas, direitos inalienáveis que haveremos de ocupá-los, enquanto tiver democracia no partido que representamos, enquanto tiver a democracia de Figueiredo e a democracia de brasilidade de Getúlio Vargas, haveremos de dizer ao Deputado Manfrinato que os "cães ladram e a caravana passa".

Neste momento em que o homem não tem a coragem de dizer que foi o Deputado Gabriel Manoel que disse que é getulista e que disse que admira Ney Braga, eu queria dizer à Assembleia, Sr. Presidente, Srs. Deputados e povo do Paraná, só os covardes se escondem na sombra e nós aqui estamos para dizer que o Deputado Manfrinato é covarde. Ele devia ter citado o meu nome, que covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta, assim já dizia Rui Barbosa.

Então, dentro desta plêiade de Deputados que respeitamos, queríamos dizer ao Deputado Manfrinato, que apesar de ausente, tivesse um pouco de sensibilidade, para dizer o nome do Deputado que falou ontem em nome de Getúlio Vargas e que fala hoje em nome de Ney Braga, porque isto não devemos misturar, "o traseiro com as calças".

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Tem o aparte, Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e estranho também, as colocações feitas pelo nobre Deputado Manfrinato, porque em todos os partidos políticos, existem homens que merecem a consideração e o respeito de todos.

Ainda há poucos dias, o nobre Vice-Presidente da Casa, apresentou um projeto, concedendo título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado Alencar Furtado. Não podia ter sido mais feliz o Deputado Nestor Baptista, ao lembrar um homem que a História poderá até incluí-lo entre os mártires, porque ele teve o seu mandato cassado, exatamente na luta pela redemocratização do País, um homem autêntico que aprendemos a respeitar nesta Casa.

Agora, não comungo com as idéias de Alencar Furtado, mas respeito e o admiro como homem de bem, como um dos Deputados que realmente engrandeceram o Poder Legislativo do Paraná. Eu e Vossa Excelência tivemos a felicidade de conviver com Alencar Furtado nesta Casa.

O PMDB tem hoje, na Presidência do BANESTADO, um homem que é admirado por todo o Paraná. Pergunto se alguém nesse País é inimigo ou adversário de Léo de Almeida Neves? Não tem. É um homem de sensibilidade humana, política, um homem honesto, correto, leal. Um homem que a própria Revolução de 64 pediu que permanecesse mais algum tempo à frente da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, tal a correção do seu procedimento.

Então, são homens que militando em facções políticas diferentes, tem realmente, não carisma, mas uma folha de serviços prestadas ao povo.

Então, eu não entendi sinceramente esse patrulhamento ideológico do nobre Deputado Manfrinato, querendo penetrar no íntimo do coração de Vossa Excelência. Querendo dizer que Vossa Excelência por ter sido um homem do Partido de Ney Braga, não podia ser um homem getulista, não podia admirar a grande obra desse eminente patrício.

Muito se fala aqui em ditadura, muito se condena a ditadura. Getúlio Vargas teve seus momentos negros no Governo. Uma ditadura atroz, ferrenha, quem não lembra da atuação de Felinto Müller, às barbas de Getúlio Vargas. Teve também os seus pecados, os seus defeitos, os seus erros. Mas a sua obra em favor da nacionalidade, em favor da emancipação econômica do País, não pode ser ignorada por ninguém. E aí eu também me incluo entre os getulistas. Porque acompanhei quase todo o Governo de Getúlio Vargas.

E, não entendo também, esta colocação absurda, infame que quer fazer o nobre Deputado Manfrinato, ignorando, tentando encobrir o extraordinário trabalho de Ney Braga em favor do Paraná.

Hoje, ainda, o nobre Deputado Roberto Requião procurou minimizar esse trabalho. Mas todos nós sabemos, que quase tudo que existe hoje no Paraná, deve-se à fecundidade, principalmente, do primeiro Governo de Ney Braga. Ignorar isto, é ignorar a própria história política do Paraná.

Eu, sinceramente, estou perplexo com estas colocações. Porque esta é uma casa eminentemente política, um forum de debates, onde cada um expõe as suas idéias, a sua posição política, dentro da liberdade que nos é assegurada pela própria Constituição como Vossa Excelência bem se referiu. E nós não podemos tentar impedir, que um outro companheiro, que um outro colega, líder, porque cada Deputado nesta Casa é um líder de parcela do povo do Paraná. Ninguém chegou aqui por favor, todos os que chegaram a esta Casa tem uma parcela de liderança no Estado, e tem a responsabilidade de falar em nome dessa parcela da população. Sem que seja constrangido por quem quer que seja, muito menos por um Deputado da Casa.

Quero declarar-me solidário com Vossa Excelência, conheço o passado trabalhista de Vossa Excelência, Vossa Excelência hoje, está, no nosso partido, em função de um ato institucional que extinguiu os partidos. Vossa Excelência optou, como muitos homens do PTB optaram pela ARENA e outros pelo MDB. Eu estou, em matéria de partido onde sempre estive, eu era do PSD. Quando o PSD foi extinto eu optei pela ARENA e a ARENA foi sucedida pelo PDS e aqui eu estou.

Mas as idéias são idéias. Os homens podem mudar de partido, mas as idéias permanecem. De maneira que eu quero me declarar solidário com Vossa Excelência, porque eu conheço o passado trabalhista de Vossa Excelência. E, acima de tudo, desculpe eu estar tomando o tempo de Vossa Excelência, mas, acima de tudo, o trabalho profundamente humano que Vossa Excelência realizou no Poder Legislativo em favor de uma região que é um dos bolsões, era principalmente, um dos bolsões subdesenvolvidos do Estado. A região do Norte Pioneiro, onde não existia estrada.

Lembro-me como Vossa Excelência lutou pela Rodovia Parigot de Souza. Vossa Excelência ao lado de Haroldo Bianchi, Francisco Escorsin, e tanto outros, lutaram denodadamente pelo asfaltamento daquela rodovia. Os Anais da Casa estão aí para comprovar. Então, não podemos admitir que Deputados que chegaram ontem na Casa, mas chegaram com méritos, e que amanhã vão escrever também, a história de sua participação na emancipação econômica do Estado, esqueçam o trabalho de Deputados que os precederam nesta Casa e trabalharam sempre com as vistas voltadas ao desenvolvimento do Paraná.

Parabenizo-me com Vossa Excelência, pela profissão de fé que faz no trabalhismo. Vossa Excelência não nega as origens e isto é muito bonito num homem público.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a Vossa Excelência,

Deputado Erondy Silvério, porque Vossa Excelência é um lutador. Vossa Excelência é como nós, de origem humilde, Vossa Excelência é como nós que não atacamos ninguém. Eu gostei, Sr. Deputado Erondy Silvério, Srs. Deputados, Sr. Presidente, da conotação feita pelo Sr. Deputado Tadeu França, quando ele fala nos homens que tomaram a Amazônia; quando

ele fala no grupo BAMERINDUS, quando ele fala do Secretário Simeão. E onde estará a apologia de Sócrates? Onde está a justiça desta gente?

E para não catalogar mais gente, pergunto ao Sr. Deputado, onde estão os homens que são donos da metade da Amazônia e estão hoje, em todo o contexto do secretariado paranaense? Onde está o raciocínio da "patrulha"? Onde estão esses homens que vêm iludir o povo? Onde estão esses homens que não dizem que o BAMERINDUS e o Secretário Simeão são donos de grandes áreas da Amazônia e que expulsam posseiros?

Por que não dizemos as verdades, Deputado Erondy Silvério, porque não dizemos as verdades, meu Paraná e meu Presidente? Por que desvirtuar os acontecimentos da história?

Fala-se que os grandes latifundiários estão a extorquir e a espoliar os humildes. Onde estão, Sr. Presidente, onde estão, Sr. Secretário e Srs. Deputados, onde estão, imprensa do meu Paraná, o bom senso do Deputado que vai à tribuna para falar em Governo José Richa, quando esse Governo acolhe no seu Secretariado, latifundiários; quando esse Governo protege o maior complexo bancário que é o maior latifúndio produtivo do Nordeste, da Amazônia e da boca do Acre?

Então ficamos estaticamente a observar o Deputado Tadeu França a criticar os latifundiários e eu queria fazer um desafio neste momento, se a nossa bancada tem algum latifundiário, que "dê nome aos bois". Agora, se eles quiserem, nós daremos "nomes aos bois", aos latifundiários do PMDB. Os homens que indevidamente estão espoliando no Acre e na Amazônia, aquele povo sofrido.

De que adianta verberarmos em palavras, porque as palavras vão, Sr. Presidente, as palavras vão, meu Deputado Erondy Silvério. Nós, dentro da nossa ignorância, sabemos perfeitamente que os maiores latifundiários protegeram a campanha do Sr. José Richa com aviões, com dinheiro e talvez dinheiro internacional.

Então, onde está a coerência do Sr. Deputado que vem à tribuna dizer que a miséria humana está no latifúndio improdutivo do Amazonas, do Acre e adjacências. Então, nós diremos em resposta aos humildes do Paraná, ao povo de Getúlio Vargas, que nós estamos sendo usurpados, que nós sabemos, Deputado Erondy Silvério, onde estão dormindo as corujas. Nós sabemos quantos mil hectares tem o Secretário Simeão, porque ele morou em minha cidade. Sabemos quantos mil hectares tem o BAMERINDUS, que financiou a campanha do Sr. José Richa. Sabemos que estamos ao lado do povo, que não fazemos como a patativa e nem como canto de sereia, de vir aqui criticar os latifundiários. Então, o Deputado Tadeu França devia exigir do Governador Richa, que tirasse o Secretário, que é o maior latifundiário que tem, quando ele diz...

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Já lho darei. É isto aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nos tolheu de fazer o discurso. Quero considerá-lo lido em nome de Getúlio Vargas, em nome de um homem que deu seu sangue pelo povo humilde. Só queria uma coisa do Partido que hoje impera no Paraná, do partido que hoje transitoriamente é Governo, do partido que hoje, transitoriamente é Poder, dizer que se fosse hoje a eleição, Deputado Erondy Silvério, estaríamos numa disputa "pari passu" e talvez, a vitória fosse nossa.

Se viemos a esta Assembléia, não foi para ouvir "baboseiras", como ouvimos do Deputado Dirceu Manfrinato. Não foi para ouvir inverdades como ouvimos a ser debitado para o PDS dos latifúndios improdutivos do Nordeste, do Acre e do Amazonas. Ele que veja o BAMERINDUS. Ele que veja quem deu os aviões para o Governo Richa. O Sr. Simeão deu dois aviões para o Governo Richa e é o maior latifundiário que aqui temos, no Paraná. E hoje é Secretário de Estado.

Diz um adágio popular, um adágio dos caipiras, como eu sou: "Arrumem sua casa para depois criticar a casa dos ou-

tros". Mais uma vez que o Deputado Tadeu França falar em latifúndio, haveremos de trazer aqui documentações em mãos de que o maior latifúndio pertence aos homens que apoiam o Governo Richa. O maior latifúndio, latifúndio improdutivo, onde se expulsam posseiros, onde foram massacrados coitadinhos, homens que não tinham o que comer, mulheres famintas, uma legião de pobres, uma legião de desamparados.

É este o meu recado para o Paraná, hoje na data do nascimento de Getúlio Vargas, na data em que o Deputado Dirceu Manfrinato quer tolher. Peço à bancada dos ilustres Deputados, homens de tirocínio, homens que cursaram os bancos escolares, um apelo do povo, "não atirem pedras no telhado do vizinho, quando seu telhado é de vidro". Não tire pedras, Deputado Tadeu França, veja primeiro a cauda de seus companheiros, dos homens que ajudaram Richa, para depois botar fogo na cauda dos companheiros dos adversários.

Meus amigos, hoje queria pedir ao Sr. Presidente ..

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o horário de Vossa Excelência e a Mesa consulta à Liderança do PDS se prorroga o horário do Sr. Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — A Liderança concede dois minutos para que o Deputado Gabriel Manoel possa concluir, e os restantes oito minutos para o Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço ao meu Líder, agradeço a Vossa Excelência. Veja a barbaridade, Sr. Presidente, esta transição. O que diz o Deputado Tadeu França é a falta de segurança e daqui quatro anos haveremos de estar novamente aqui, Sr. Deputado Erondy Silvério, para dar lição de Democracia, para dar o livre arbítrio ao Deputado Dirceu Manfrinato, que ele possa, — como haveremos de poder, — ter livre pensamento e ideologia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados. Diria ao Deputado Manfrinato: "Enquanto os cães ladram, a caravana passa". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Horário da Liderança do PDS, por nove minutos, Sua Excelência, o Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez retorno a esta tribuna, para, de viva voz e de corpo presente, dizer de nosso posicionamento com referência às reivindicações da classe médica, em especial do Estado do Paraná, por que passa, neste momento, já pelo seu direito de greve ao trabalho e à justa remuneração. (Lê):

"GREVE PELO DIREITO AO TRABALHO E À JUSTA REMUNERAÇÃO.

Por um atendimento mais digno à população, contra as restrições à atividade médica, por remuneração e salários justos; contra o desemprego e subemprego, em protesto contra as sucessivas restrições impostas pelo INAMPS, os médicos do Paraná vão parar suas atividades, no próximo dia 22 de abril, sexta-feira, para que sejam melhor ouvidos.

Apenas os casos inadiáveis serão atendidos.

As justas reivindicações da classe médica tem o apoio de Deputados Estaduais, Federais e Vereadores. Prova evidente, do apoio da classe política, foi a presença dos Deputados Estaduais, no dia 22 de março, na sede da AMP, quando se decidiu pela paralisação, para que os médicos fossem ouvidos quanto às justas reivindicações. Há uma clara intenção da Superintendência Regional, para o esvaziamento da paralisação, usando, para isso, das chefias médicas dos postos da Capital e do Interior, quando ao mesmo tempo é negada pela Dra. Ana Luíza que diz, que se limitará apenas, a anotar as ocorrências de falta e descontinuará dos participantes.

Já estive a classe médica em diálogo com a Superintendente, no início do mês, mas foi dado conhecimento de que a

paralisação é fato consumado, neste instante, para que sejam ouvidas as reivindicações da classe médica, pois uma contraposta às reivindicações da classe, ainda não foi dada pela superintendente à AMP, à SIMEPAR, às várias reivindicações.

Os médicos, por uma jornada de quatro horas, estão recebendo em torno de Cr\$ 80.000,00 mensais. Uma consulta, hoje, é paga pelo INAMPS, ao preço de Cr\$ 640,00 quando é solicitado um aumento de 300%, passando para Cr\$ 1.900,00.

Espera a classe médica, a nível de Estado, dos cinco mil médicos credenciados, uma participação de 60%. No mínimo esperamos, neste momento, também, o reconhecimento da população paranaense para este movimento reivindicatório.

Repetindo as palavras do ex-superintendente do Paraná, Deputado Federal hoje, Alcení Guerra "não sei se é ilegal a paralisação, mas reconhecemos ser das mais justas as reivindicações dos médicos".

O Sr. Edgar Pimentel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência e devo endossar suas palavras em favor da classe médica, por quanto eu sou um admirador desta classe a qual pertence Vossa Excelência. Mormente após a recuperação de um filho que esteve em fase de pré-morte e que graças à competência do nosso médico, do médico paranaense, desta laboriosa classe que tanto tem feito em favor da saúde do nosso povo, acho justo, Sr. Deputado esta colocação, essa defesa que Vossa Excelência faz, em favor da classe médica com a qual eu tenho tido uma oportunidade de trabalho, de ação conjunta no exercício das minhas atividades do Oeste do Paraná.

Portanto, renovo aqui, nesta oportunidade, os parabéns a Vossa Excelência por tão oportuna defesa em favor da tão laboriosa classe dos médicos, especialmente dos médicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tuguio Setogutte, quero trazer a solidariedade aos seu brilhante pronunciamento, já por duas vezes consecutivas, desta tribuna, em defesa desta classe laboriosa e solidarizar-me ao seu pensamento, porque, constatasse na realidade, que a defasagem para a classe médica traduz-se posteriormente, no mal atendimento por carência, inclusive de recursos para aqueles que necessitam de atendimento.

Parabenizo-me por este pronunciamento sério, valoroso, na defesa de uma classe séria e valorosa da nossa Nação.

Muito obrigado.

O Sr. José Fonseca — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Quero aproveitar o aparte, para dizer a Vossa Excelência que participamos juntamente na última Assembléia da Associação Médica do Paraná. E aproveitamos esta oportunidade do seu pronunciamento, para além de parabenizá-lo como médico que Vossa Excelência é e que está atualmente integrado a esta luta da classe médica que não é só do Paraná, mas, esta luta que acima de tudo, no momento que a classe médica reivindica entre outras coisas, melhores condições de trabalho e um reajuste salarial, e que sentimos que a classe médica, nos últimos anos, é uma classe que vem perdendo não só as melhores condições de trabalho e acima de tudo a condição para melhor assistência à população e também, vem perdendo dia a dia o poder aquisitivo, não poderíamos deixar passar esta oportunidade de cumprimentá-lo pelo seu discurso e dizer que é quase uma obrigação desta Assembléia, tanto a Bancada do PMDB, como a do PDS, se solidarizar, acima de tudo, com a classe médica, momento em que esta classe reivindica e entrará em greve na próxima sexta-feira. Quero dizer a Vossa Excelência que acredito que esta Assembléia marcará uma posição firme de apoio total e irrestrito à greve da classe médica.

Muito obrigado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Para encerrar, queria dizer, repetindo as palavras de Alcení Guerra, "não sei se é ilegal a paralisação, mas reconhecemos ser das mais justas as reivindicações dos médicos".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria que se encontra sobre a mesa:

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando informações à Comissão Executiva, com relação ao contrato efetuado com a firma que irá proceder o estudo da reforma administrativa da Casa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão do dia 22, a fim de que sejam organizadas e instaladas as Comissões Técnicas da Casa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Peço para registrar que a Bancada do PDS votou contrariamente ao requerido.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o projeto de lei de autoria deste Deputado, que institui verba de representação referente aos Presidentes de Câmaras Municipais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo medidas para que o DER assuma a conservação da estrada que liga Capanema a Faraday, a qual consta do mapa rodoviário como PR-582. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando envio de apelo aos Srs. Ministro das Minas e Energia, Governador do Estado e Presidente da ELETROBRÁS, para que a energia elétrica fornecida aos estabelecimentos hoteleiros do Estado seja cobrada nos mesmos níveis que para a indústria e não como vem sendo feito obedecendo padrões comerciais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja enviado ao Deputado Federal por São Paulo, Armando Pinheiro, a manifestação de apoio desta Casa ao Projeto de Emenda Constitucional de sua autoria, ora em tramitação no Congresso Nacional, que regulamenta as eleições diretas dos Prefeitos das Capitais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando envio de expe-

diente aos Srs. Governador do Estado de Alagoas e ao Presidente do Banco da Produção do Estado de Alagoas - PRODUBAN, solicitando estudos da viabilidade de instalação de uma agência do referido banco em nosso Estado, sendo a mesma em nossa Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, sugestão no sentido de que quando o novo reajustamento de vencimentos e salários dos Servidores Públicos Estaduais, adote o Poder Executivo, como critério real e permanente, para efeito de cálculo, o INPC. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando envio de ofício aos integrantes do Conselho Federal de Educação, encarecendo a rejeição da proposta originária do CECA-ABEASMEC, relativamente ao currículo mínimo de Agronomia e Aprovação da proposta apresentada pela FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil). — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de ultimar as indenizações aos proprietários de terras cortadas pela PR-281. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio de Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI encarecendo providências em defesa do cidadão Naiti Chambunga de Mococa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que a estrada de Mamborê-Nova Cantu, Palmital e Altamira passe para a responsabilidade do DER. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que o mesmo envide esforços a fim de ser asfaltada a estrada do Boiadeiro que liga Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) Solicito a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito do Sr. Primeiro Secretário que assim o proceda.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Responderam a chamada nominal, 28 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encaminhando o abaixo assinado dos moradores da Santa Felicidade, encarecendo providências no sentido de solucionar o caso do "Tarado da Cíatriz" — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvê-

rio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao C.G.L. de Curitiba "Clube da Garagem do Luizinho". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando que a Mesa Executiva envie convite aos Srs. Presidentes da FAEP, FETAEP, ASSOCIAÇÃO DOS AGRÔNOMOS, SOCIEDADE MÉDICA VETERINÁRIA e OCEPAR, Secretaria da Agricultura, no sentido de que os mesmos compareçam a esta Casa a fim de debaterem sobre a falta de recursos financeiros oriundos do Governo Federal para a comercialização da safra de 1983. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo imediatas providências para a reforma total do trecho da Rodovia PR-239, que liga Campina da Lagoa à BR-369. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando que seja consignado à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR no Paraná, um estudo de possibilidades no parcelamento da dívida desta Prefeitura de Marilândia do Sul, concernente a gestões anteriores junto à FUNDEPAR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando que seja consignado do Sr. Secretário dos Transportes, um maior impulso na execução dos trabalhos de construção asfáltica, ligando o Município de Marilândia do Sul ao Município de Rio Bom. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando que seja consignado do Sr. Secretário do Planejamento, um auxílio monetário à Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul, mensalmente, para o pagamento de funcionários municipais lotados nos setores estaduais, orçando um valor aproximadamente de dois milhões de cruzeiros. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando o envio de solicitação ao Departamento de Estradas e Rodagem, no sentido de que se efetue a construção de abrigos para passageiros de ônibus na cidade de Porto Amazonas. — **Encerrada a discussão.**

Esta Presidência anuncia as presenças nesta Casa de Leis, dos Vereadores de Ponta Grossa, Jair José e Valtemir Fernandes.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Juventude Peemedebista do Paraná, pela realização da III Convenção Regional. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de ofício à Itaipu Binacional, visando sejam efetuados estudos a fim de apurar as variedades de cultura que deverão ser cultivadas na região de influência do lago da represa. — Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Para discutir, adia-se na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, para que seja instalado o funcionamento de um poço artesiano que já está perfurado no Município de Santa Terezinha de Itaipu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando os recursos necessários para aquisição de equipamentos e acessórios para o Município de Santa Terezinha de Itaipu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pedindo a construção e instalação de uma Delegacia de Polícia no Município de Santa Terezinha de Itaipu. — Em discussão.

(Um Sr. Deputado pediu para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que seja efetuada a reforma geral na escola Carlos Zewe Coimbra. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora de Planejamento da FUNDEPAR, para que seja feito com a máxima urgência um muro na quadra onde está localizada a Escola Carlos Zewe Coimbra de Santa Terezinha de Itaipu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, para que seja tomada todas as providências necessárias para que tenhamos os registros dos veículos (chapa, sigla), lotados no Município de Santa Terezinha de Itaipu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, para que seja efetuado a construção de um Centro de Saúde e a nomeação de um médico para o Posto de Saúde de Santa Terezinha de Itaipu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a instalação de uma Junta Comercial em Campo Mourão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno,

constante do expediente, solicitando apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo liberação da PROSAFRA, de Moreira Salles. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Ministro do Planejamento, no sentido de que as prefeituras adquiram carros a álcool no mesmo sistema que vigora aos taxistas. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo revisão geral na rede de distribuição de energia elétrica de Nova Cantu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo asfaltamento do trecho Goioerê-Rancho Alegre. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, encarecendo providências visando o revestimento com cascalho em diversas rodovias. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões Técnicas, conforme determina o Artigo 89, parágrafo 1.º, do Regimento Interno.

Marcando ainda, uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões Técnicas, conforme determina o artigo 89 do Regimento Interno.

Levanta-se a sessão.